



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 90

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 19 de Janeiro de 2000

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 15 horas e 10 minutos.

No **Período de Antes da Ordem do Dia**, após a leitura da correspondência, passou-se à discussão e votação dum **voto de pesar** pelo falecimento do Dr. Rafael Valadão dos Santos.

Após a apresentação feita pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Aurélio da Fonseca (*PSD*).

Submetido à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Seguidamente entrou-se no período destinado a **intervenções de interesse político relevante para a Região**, tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados João Santos (*PS*), Ana Carolina (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Manuel Azevedo (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Eugénio Leal (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), Duarte Freitas

(PSD), Fernando Menezes (PS), Madruga da Costa (PSD), António Meneses (PSD), Aires Reis (PSD), bem como o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, *José Contente*.

No **Período da Ordem do Dia** foi discutida e aprovada a **Proposta de Resolução nº. 18/99 - Recomenda ao Governo Regional que promova as diligências necessárias para o escoamento de gado vivo da ilha do Corvo com mais periodicidade, celeridade e comodidade.**

Após a apresentação feita pelo Sr. Deputado João Greves (PP), intervieram no debate os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), José Manuel Nunes (PSD), Élio Valadão (PS), Alvarino Pinheiro (PP), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, *Fernando Lopes*.

Submetida à votação a Proposta de Resolução foi aprovada por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 55 minutos

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Peço o favor de ocuparem os vossos lugares.

Vamos proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**

José Humberto de Medeiros **Chaves**

João Luís Sanchez dos **Santos**

Luis Machado **Resendes**

Manuel Goulart Serpa

Manuel **Herberto da Rosa**

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

Ana Carolina Gomes da **Silva**

Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**

Francisco Xavier Araújo Rodrigues

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

José Ramos Aguiar

José Francisco Salvador **Fernandes**

José Manuel Cabral Bolieiro **Dias**

José Manuel Avelar **Nunes**

José Maria Bairos

Manuel Teixeira **Brasil**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Sandra Maria Sousa Garcia **Bessa**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

João Maria Fraga **Greves**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 34 Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a leitura da correspondência.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Grupo Parlamentar do CDS/PP um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão dum Proposta de Resolução que visa "Encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa Regional dos Açores da apresentação dum relatório sobre as condições técnicas de segurança do espaço aéreo açoriano e dos aeroportos e aeródromos do arquipélago e bem assim sobre as respectivas condições de operacionalidade.

Secretária (*Natividade Luz*): Do Grupo Parlamentar do Partido Popular um requerimento a requerer o processo de urgência e dispensa de exame em comissão para a Proposta de Resolução que "Recomenda ao Governo Regional que promova as diligências necessárias para a desratização, nas Ilhas dos Açores, com a maior celeridade possível".

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Da Presidência do Governo, Proposta de Decreto Legislativo Regional - Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 8/96/A, de 14 de Junho (SITRAA - Sistema de Incentivos ao Turismo na Região Autónoma dos Açores).

Secretária (*Natividade Luz*): Do Grupo Parlamentar do Partido Popular uma Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional que promova diligências no sentido da RTP-Açores voltar a ter correspondentes nas ilhas onde não existam delegações, tome medidas que assegurem o melhor funcionamento da RTP-Açores e iniciativas quanto ao acesso, em circunstâncias idênticas às do restante território nacional, às emissões de todos os canais generalistas de televisão.

Baixa à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Presidente: Concluimos a leitura do expediente.

Eu queria dar, em nome da Assembleia, as boas vindas ao Sr. Deputado António Silva Melo que agora aqui retoma as suas funções, após um período de doença. Bem vindo a esta Casa e um bom ano para ele também.

Quero também informar a Câmara que temos a assistir aos nossos trabalhos mais duas turmas de alunos da Escola de São Roque do Pico a quem, em nome dos Srs. Deputados, saúdo.

(Aplausos da Câmara)

Deu entrada na Mesa um Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular. Para o apresentar tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Srs. Presidente, Srs. Deputados:

Voto de Pesar

Desapareceu do nosso convívio, em 4 de Janeiro, o Dr. Rafael Valadão dos Santos, terceirense e açoriano por naturalidade, temperamento e cultura.

Professor do então Liceu Nacional de Angra desde 1949, onde desempenhou, a par duma exemplar função docente, cargos de chefia quer como vice – reitor, quer como reitor.

O Dr. Rafael impôs-se à consideração dos colegas pela afabilidade do trato e ao respeito dos seus alunos pela competência, excelência e pelo rigor com que ministrava as disciplinas curriculares da sua área de formação.

A sua actividade porém não se esgotou como educador de gerações de alunos que hoje são homens activos na sociedade terceirense e açoriana.

O Dr. Rafael Valadão dos Santos desenvolveu intensa actividade no domínio do bem comum, quer na área política quer nas áreas do social e do económico.

Aquando do seu falecimento, aos 77 anos de idade, ainda exercia com zelo e empenho as funções de Presidente da Assembleia Geral da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, com relevantes serviços prestados à juventude mais carenciada.

À “ res publica” dedicou 8 dos melhores anos da sua vida tendo-se batido, como deputado, na primeira linha, pelo progresso e desenvolvimento da sua terra, cujos problemas e constrangimentos denunciava, com determinação, no areópago nacional.

Homem profundamente sensível aos problemas da sociedade, apesar de já sexagenário e possuidor de um valioso curriculum social e político demonstrou o seu enorme sentido de serviço público ao candidatar-se em 1985 à Presidência da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, empenhando-se exemplarmente na campanha eleitoral.

Durante 20 anos desempenhou funções de administrador da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo cuja actividade orientou quer no sentido do desenvolvimento económico e financeiro da sociedade quer no amparo dos mais desfavorecidos, com particular incidência na terceira idade.

Por tudo isto, o Dr. Rafael Valadão se notabilizou na sociedade açoriana, como um homem de grande coração ao serviço dos outros e é merecedor dum voto de pesar desta Assembleia a quem também incumbe sentir a perda dos mais ilustres filhos da terra açoriana.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Popular, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Regional, reunida em plenário, no dia 19 de Janeiro de 2000, a aprovação dum Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Rafael Valadão dos Santos.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Janeiro de 2000.

Presidente: Está à discussão este voto de pesar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A morte torna-nos todos iguais, mas há pessoas que na sua vida contribuem também para que isto aconteça. O Dr. Rafael dos Santos foi uma dessas pessoas. Para além de diferenças políticas, diferenças de idade, diferenças de concepções, diferenças de vida e diferenças de mentalidade, ele conseguiu superar tudo isso, o que permite que, neste momento, nós possamos estar aqui com igual sinceridade num testemunho a prolongar neste acto simples e às vezes é simples demais. Um voto de pesar é uma coisa muito simples, não custa nada. São duas palavras e um acto de levantar ou de sentar.

Nós todos que o fazemos, sabemos que isso significa muito mais, significa essa necessidade de exprimir perante as pessoas que na sociedade açoriana contribuíram para que cada um na sua ilha, na sua profissão, na sua actividade, fosse mais açoriano. Devem ser lembradas, recordadas e fixadas nas palavras simples, nos gestos, talvez, fáceis desta Assembleia.

É com este sentido que o PS se associa, no seu conteúdo, a este voto de pesar.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós vamo-nos associar também a este voto de pesar pelo desaparecimento do Sr. Dr. Rafael Valadão dos Santos.

Trata-se, efectivamente, duma personalidade marcante da sociedade açoriana dum modo geral e, particularmente, da sociedade terceirense, professor e reitor do então liceu nacional. Foi uma pessoa que reconhecidamente deu estabilidade à juventude e a muitos dos problemas da juventude.

Teve uma intervenção social e política importante. Embora da nossa parte haja discordância em relação à sua postura política, não deixámos de reconhecer e admirar a postura com que sempre exerceu as funções que desempenhou e o modo como se interessou e preocupou com a sua terra e com aquilo que ele entendia ser as necessidades, nessa época e nesse momento, da sua ilha e da nossa Região.

Também temos que reconhecer as suas preocupações, quer no campo cultural quer no campo social.

Por isso mesmo entendemos que o Dr. Rafael Valadão dos Santos merece o voto que aqui estamos a discutir e vamos votar favoravelmente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se também a este voto de pesar. O Sr. Dr. Rafael Valadão foi uma daquelas individualidades, um concidadão nosso que marcou uma época, tendo com a sua acção pedagógica, cívica marcado transversalmente várias gerações, quer como cidadão exemplar quer como chefe de família, como professor muito empenhado e competente, como reitor, como munícipe participante, activo, defensor de causas e instituições beneméritas, político destacado.

O Sr. Dr. Rafael é daqueles que pertencem àquela pequena minoria que, pelo seu bem fazer ao longo da sua existência, conseguiu "libertar-se da lei da morte", como diz o poeta.

Como antigo aluno e mais tarde colega, pessoalmente também de coração aceitei enunciar aqui esta posição do Partido Social Democrata, que faço do coração e comovido.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

Secretário: O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao período destinado ao **tratamento de assuntos de interesse relevante** para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Santos para uma intervenção.

Deputado João Santos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados, Sr. Secretário Regional:

No dia 23 de Setembro de 1998, ou seja há mais de um ano, foi chumbado nesta Assembleia, um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre Planeamento Familiar.

Tratava-se duma boa proposta, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que visava implementar uma nova estratégia na promoção e protecção dos direitos e liberdades individuais, em matéria de sexualidade e reprodução e que havia inclusivamente merecido consenso em sede de Comissão, tendo sido aprovada por unanimidade.

Ainda hoje me custa a crer que o volte-face que se deu nas posições do PSD e do PP, rejeitando em plenário o mesmo projecto que tinham ajudado a aprovar em sede de comissão, tivesse como argumentação o facto de algumas das ideias propostas constarem de um documento sobre a mesma matéria, emanado do Governo da República.

Ou seja, quer o PSD quer o PP, entendiam que estávamos perante um bom projecto mas pasme-se, o facto de, segundo afirmaram “um projecto que mais não é do que regulamentar uma lei da república” foi suficiente para o recusar em nome de uma visão mesquinha de lesa - Autonomia.

Nessa altura deixaram claro que a verdadeira motivação por que se guiavam era um assumo repentino de moralismo decrépito, escudado numa questão de natureza formal.

No entanto, tentando ocultar os verdadeiros motivos, os Deputados do PSD comprometeram-se a apresentar “o verdadeiro Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre esta matéria”. Assumiram que não só chumbariam o projecto do Partido Socialista, como apresentariam um projecto de Decreto Legislativo Regional que englobasse não só o Planeamento Familiar, mas também a Educação Sexual. “Nós estamos prontos e dispostos a fazê-lo”, chegaram mesmo a afirmar. E tudo isto como prova da sua boa vontade e falta de preconceitos nesta área.

Passou, como no início referi, mais de um ano e nada.

Nunca mais se ouviu falar nesta Assembleia em assuntos tão importantes como Planeamento Familiar e Educação Sexual.

Estamos esclarecidos. Não estavam prontos, não estavam dispostos a fazê-lo, não têm boa vontade e continuam preconceituosos.

Tabus recalçados, profundamente entranhados num conservadorismo retrógrado, obrigaram o PSD a tomar a atitude que tomou e, posteriormente, a esquecer o compromisso que assumiu, perante esta Assembleia e perante os açorianos, em nome de preconceitos que a sociedade, felizmente, há muito ultrapassou, mas que persistem nas mentes de alguns guardiãs medievais da moral.

Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados, Sr. Secretário Regional:

Subi hoje a esta tribuna para voltar a falar da realidade. Não de uma realidade virtual, engendrada em função de falsos moralismos ou de interesses políticos de ocasião, mas da realidade, ela própria.

A realidade que é continuar sem se produzir legislação que garanta, nos Açores, um direito fundamental dos cidadãos, reconhecido internacionalmente há 30 anos.

A realidade que é, em cada dia que passa, a ausência de informação e de apoio estruturado que possibilite aos açorianos optarem conscientemente por ter ou não ter filhos, por tê-los quando entenderem e na altura que considerarem ideal em cada caso; por trazê-los ao mundo num enquadramento de amor e estabilidade quer emocional quer material.

A realidade que é a falta de educação sexual nas nossas escolas e do que isto pode contribuir para as gravidezes indesejadas e a propagação de doenças sexualmente transmissíveis.

A realidade que é, privar os nossos jovens de toda uma carga riquíssima de informação sobre um dos aspectos mais belos da vivência humana que é a sexualidade, assumida com a responsabilidade que merece, mas sem preconceitos castradores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados, Sr. Secretário Regional:

É pelos factos que acima referi, e que caracterizam a realidade hoje nos Açores, que vos venho falar da necessidade premente de explicar aos nossos jovens, que os bebés fazem uma viagem mil vezes mais interessante do que um mero voo pendurados no bico de uma qualquer cegonha de serviço em Paris. Venho falar-

vos do crime que é não esclarecer profundamente os nossos adolescentes sobre a sexualidade e as suas implicações, que podem ir desde uma gravidez indesejada até à contracção de doenças sexualmente transmissíveis, passando nomeadamente por experiências traumáticas de um acto pouco ponderado ou precocemente consentido.

Venho falar-vos da necessidade de manter informados todos os açorianos sobre os direitos sexuais e reprodutivos do indivíduo.

Venho falar-vos da distribuição gratuita de meios contraceptivos, “pilulas”, preservativos ou outros que se entenda adequados a cada caso.

Venho falar-vos da promoção da saúde sexual e reprodutiva dos açorianos em geral e das mulheres em particular.

Venho falar-vos da promoção da maternidade e da paternidade responsáveis.

Em suma, venho falar-vos do valor da vida humana e do que ela deve representar.

E falo-vos em nome de jovens açorianos, em nome de mães solteiras que não estavam preparadas para o serem, em nome de casais de várias idades que por falta de acompanhamento e informação têm filhos indesejados ou não os têm e sobretudo, falo-vos em nome das crianças que são geradas no regaço da nossa indiferença para depois serem lançadas num ambiente hostil, quantas vezes infernal, abandonadas à sua sorte ou falta dela, padecendo de todos os males que assolam os que não são desejados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não podemos continuar a sustentar esta indiferença hipócrita. Não é isto que os açorianos esperam de nós, não é isto que os açorianos querem.

Não vim aqui discutir este ou aquele pormenor técnico, esta ou aquela questão formal e muito menos aqui vim esgrimir argumentos políticos ou partidários.

A matéria que aqui me trouxe hoje é demasiado séria e importante para se compadecer com questões político-partidárias.

Só lembrei, no início desta intervenção, a promessa do PSD, na sequência de em 1998 ter, em aliança com o PP, recusado um bom documento do Partido Socialista, porque essa é uma responsabilidade que não pode ser escamuteada e

porque os açorianos continuam, passado mais de um ano, à espera e a serem penalizados pela falta do seu cumprimento.

Venho hoje aqui na tentativa, talvez não conseguida, de provocar a nossa consciência colectiva. Talvez esperando que esta Assembleia sacuda velhas teias de aranha do sótão dos preconceitos e reconheça, finalmente, que a Educação Sexual e o Planeamento Familiar são fundamentais também na vida dos açorianos.

Não podemos perpetuar posturas, atitudes e conceitos ancestrais. Se o mundo mudou, mudou mesmo e assim não há nenhuma razão para se insistir em geri-lo como se o tempo não tivesse passado.

A flexibilidade é certamente uma das traves mestras da tranquilidade.

É urgente actuar. É tempo de assumir que definitivamente o Sol não se tapa com uma peneira.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O PSD, ao contrário do Partido Socialista, cumpre as suas promessas.

Lamento que o Sr. Deputado não esteja informado sobre a produção legislativa nacional na área do planeamento familiar e educação sexual.

Sabe que nos últimos meses tem havido com muita frequência produção legislativa neste sentido e eu recorro já agora, sem querer levantar a questão, que a vossa proposta era não só um plágio, o que é um desmerecimento para esta Casa, como também era uma proposta incompleta e descabida que versava unicamente o planeamento familiar e não versava aquilo que é a política do vosso Governo na República, uma política conjunta de planeamento familiar e educação sexual.

O PSD, dadas as recentes alterações nessa área e a produção legislativa exaustiva que tem saído nessa área, aguarda que se estabilize o quadro para podermos aqui, sim, dar corpo a toda essa produção legislativa nacional.

O Governo Regional, que é quem põe na prática a legislação, tem simplesmente se esquecido que isso existe.

Queixavam-se tanto que o PSD não punha o preservativo voador, pois agora nem voa nem nada, não há simplesmente nada.

(Risos da bancada do PSD)

Eu só faço lembrar que nós temos uma postura consequente e cumprimos as nossas promessas. Os Srs. não cumprem as promessas, desconhecem a legislação nacional e simplesmente vão sobrevivendo.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr, Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sra. Deputada Ana Carolina:

Em primeiro lugar, a Sra. pode invocar mil e um argumentos, agora não pode é dizer que o PSD nesta matéria cumpre as suas promessas, porque efectivamente não cumpre.

Deputada Ana Carolina (PSD): Há um cenário nacional e os Srs. não conhecem.

O Orador: Em relação à promessa feita por si, ainda é mais curioso, e cito: "Nós para provarmos a nossa boa vontade e a nossa falta de conceitos nessa área estamos dispostos a apresentar o verdadeiro Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre esta matéria, pese embora os títulos pomposos".

O facto é que o Grupo Parlamentar do PSD não cumpriu com essa promessa e agora invoca argumentos relativos à instabilidade do quadro normativo, à falta de condições.

Ó Sra. Deputada, por amor de Deus, pode arranjar muitos argumentos e eu acredito até que é capaz de arranjar argumentos melhores do que esses, agora não me venha com isso. Aí sim, é que é um desprestígio para esta Assembleia que é só legislar quando houver legislação lá fora.

Deputada Ana Carolina (PSD): Já vamos lá!

O Orador: Quanto à questão do plágio a Sra. Deputada não está a ser rigorosa, coisa que é estranho nas suas intervenções e neste tipo de intervenção, uma vez que o costuma a ser. Não está a ser rigorosa, porque ao referir-se ao plágio até parece que houve uma fotocópia de legislação nacional. Aquilo que acontece, e peço que faça um esforço relativamente às justificação que apresento, é que nas soluções materiais consagradas a nível nacional não existem razões de monta para que não sejam também as soluções materiais que devem ser consagradas a nível regional. Aquilo que acontece é que os Srs. entendem, daí a questão da falta de defesa da autonomia, que a autonomia defende-se com inovar por inovar. Não é assim que as coisas se passam.

Portanto, é necessário ver as soluções materiais que se revelem adequadas, sejam elas inovadoras ou não, devem ser aplicadas.

Agora, aquilo que não aconteceu foi os Srs. cumprirem com a vossa promessa. Sobre isto, Sra. Deputada, podemos levar o resto da tarde, toda a noite e amanhã durante todo o dia a discutir que a Sra. não vai conseguir encobrir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): _Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Só intervenho nesta matéria, porque o que parece é que o protagonismo que já se falou a nível nacional, o Sr. Deputado do PS na sua intervenção viu-se confrontado com a realidade triste, para o Grupo Parlamentar do PS, apresentada pela Deputada da minha bancada, Dra. Ana Carolina.

Na verdade, e como o Sr. Deputado João Santos ao terminar a sua intervenção dizia: "os tempos mudaram", mudou também o quadro legal sobre essa matéria, preenchendo lacunas que eram importantes para uma aplicação concreta e uma abordagem, a tal abordagem desinibida sobre planeamento familiar e educação sexual.

Porque esse quadro legal mudou e porque ao contrário do que defendia o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, na verdade aqui não está a preocupação de só legislar quando há legislação lá fora. Está aqui a preocupação de não fazer inutilidades, repetir aquilo que já existe no quadro legal, no plano normativo nacional não faz sentido.

É esta a razão de primeiro a preocupação da aplicação, da concretização de uma política de planeamento familiar e educação sexual, que o Governo Regional devia desenvolver e que não desenvolveu.

Portanto, o problema não estando no quadro legislativo, na ausência de diplomas, o que é preciso é trabalhar aplicando o quadro legislativo já existente sobre a pedagogia necessária a fazer em planeamento familiar e em educação sexual.

Por outro lado, o que verdadeiramente aconteceu foi querer transformar um Regulamento, num Decreto Legislativo, sobre a mesma matéria, sem novidade, sem explicar a questão ligada entre planeamento familiar e educação sexual.

Esta foi uma preocupação que levantamos. O quadro legal, que entretanto e supervenientemente se veio a preencher, satisfaz esta necessidade.

A nossa preocupação é não fazer inutilidade legislativa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Os tempos efectivamente mudaram, agora quem parece não perceber isso é o PSD, não o PS.

Sr. Deputado Bolieiro, esclareça-me esta dúvida: O Sr. nesta matéria, contrariamente àquilo que acontece noutras, tem esse pendor muito conservador,

no sentido de que efectivamente esta matéria não deve ser tocada, porque lá fora os Srs. da Assembleia da República ou do Governo entenderam ainda não mexer e a pergunta que eu faço é esta: o que é que o Sr. defende?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Defendo a acção do Governo!

O Orador: Para evitar a repetição, defende a aplicação da Portaria do Ministério da Saúde à Região?

Deputada Ana Carolina (PSD): Qual? A que foi plageada!

O Orador: Não, a pergunta, nos seus termos, é concreta e precisa. O Sr. defende a aplicação da Portaria do Ministério da Saúde à Região, exactamente como é, em Portaria?

Em segundo lugar, Sra. Deputada Ana Carolina, choca-me a sua preocupação excessiva com o preservativo voador. É que, voador ou não, o preservativo existe.

Deputada Ana Carolina (PSD): Aonde?

O Orador: Portanto, não é só apenas na circunstância de o pôr a voar que ele poderá ser útil.

Deputada Ana Carolina (PSD): Isso foi só um exemplo, porque os Srs. estavam muito preocupados, porque o preservativo não voava!

O Orador: Agora, a questão é que a Sra. não atira a existência duma política de planeamento familiar pelo facto deste Governo ou do Partido Socialista andar a pôr preservativos a voar ou não. Ela existe independentemente dessa situação ocorrer.

Portanto, relativamente a esta matéria mais uma vez estamos aqui, discutimos e aceitamos esta discussão, agora pelo menos apresentemos argumentos.

O Sr. Deputado não me venha com esse conservadorismo legislativo todo, porque efectivamente não é coerente com aquilo que se passa noutras áreas e a Sra. Deputada não invoque toda esta necessidade de aguardar, porque alterações legislativas houve, nomeadamente em Agosto de 99. A nossa discussão foi em Setembro de 98. Aliás, decorreu este período e desde Agosto até agora os Srs. não se mexeram.

Deputada Ana Carolina (PSD): Em Agosto foi sobre educação sexual!

O Orador: Não se mexeram, porque o argumento apresentado era falso, não se mexeram porque são muito preconceituosos nestas matérias, não se mexeram porque o argumento apresentado foi votar contra o Projecto de Decreto Legislativo Regional e era apenas para empatar e para evitar discutir esta situação.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Santos.

Deputado João Santos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sra. Deputada Ana Carolina:

Em relação à legislação existente ou não e ao conhecimento que nós temos dela, o que ficou provado, pela intervenção do meu colega de bancada, Vasco Cordeiro, é que nós temos conhecimento de toda a legislação que já saiu a nível nacional sobre esta matéria.

Deputado José Maria Bairos (PSD): A intervenção não dá essa ideia!

O Orador: Talvez o Sr. Deputado não tenha percebido, mas deixemos a dúvida no ar.

Em relação à legislação que existe, eu faço lembrar que este Projecto veio para ser apresentado aqui nesta Casa em 23 de Setembro. Isso parece que estava explícito da minha intervenção de 1998, Sr. Deputado, e eventualmente a lei a que a Sra. Deputada fez referência será uma lei de 11 de Agosto de 1999. Portanto, quase um ano depois e durante esse ano, para uma deputada que dizia nesse dia e cito: "Nós estamos prontos e dispostos a fazê-lo", ficou a aguardar, com essa postura, que saísse uma nova lei.

Em relação ao que disse o Sr. Deputado Bolieiro, os tempos mudaram, as situações evoluíram e ainda bem. Tudo nos faz pensar que para o futuro assim será, as coisas vão continuar a evoluir, as situações vão continuar a alterar-se e nós, se partilharmos a postura do PSD, vamos continuar aqui sentados por mais um, dois ou três anos à espera que o tal quadro esteja definitivamente completo, que nunca estará, precisamente pela evolução que as coisas terão e que terão que

ser assim e deverão ser. Ficaremos aqui todos sentados à espera que as coisas se produzam, sem fazermos rigorosamente nada.

Volto a repetir aquilo que disse na intervenção:

"Não é isso que os açorianos precisam, não é isso que os açorianos querem"

Portanto, a nossa atitude é outra. A dos Srs. é a passividade, à espera daquilo que nunca chegará.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

Deputada Ana Carolina (PSD): A passividade é vossa.

O Orador: A nossa é a actuação à medida daquilo que vamos tendo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Nós já dissemos quais foram as nossas razões. Não foi não cumprir uma promessa, foi realmente um ano de produção legislativa nessa área e não é só esse tempo que o Sr. Deputado referiu. Há várias frentes na área do planeamento e há várias frentes na área da educação sexual.

Agora, os Srs. estão mais preocupados com o que o PSD não faz do que com o que o Governo faz ou não. Portanto, os Srs. levaram este tempo todo à espera do PSD.

Realmente nós estamos muito orgulhosos, pois esperem pela nossa actuação.

Os Srs. e o Governo o que é que fazem? Nada, não é? Estão é preocupados com o que o PSD não faz.

Muito bem! Nós trabalhamos e os Srs. aguardam ou copiam.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ó Sra. Deputada Ana Carolina, isso não se passa exactamente assim. Quem afirma que o objectivo dum partido da oposição é obrigar o Governo a cumprir os seus objectivos, são os senhores, não somos nós.

Quanto à questão da inércia ou daquilo que a Sra. julga ser a inércia do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é coisa que veremos adiante, porque o plenário ainda não acabou.

Sra. Deputada, quem fez a promessa foram os Srs..

Deputada Ana Carolina (PSD): Já justificámos, mas os Srs. não querem ouvir.

O Orador: Não se justificaram não senhora. Isso queriam os Srs.. Os Srs. queriam que essa pseudo justificação atabalhoada servisse para justificar o facto de termos deixado passar mais um ano sem os Srs. terem cumprido com aquilo que afirmaram tão solenemente nesta Casa, ou seja, o verdadeiro Projecto, enfim, uma coisa em estilo pomposo. Não se mexeram nessa matéria como deveriam ter mexido e não se mexeram nessa matéria como efectivamente há áreas em que falharam durante tanto tempo.

Deputada Ana Carolina (PSD): Tem que telefonar ao Ministro da Saúde e ao da Educação.

O Orador: Quanto à questão do Governo fazer ou do Governo deixar de fazer,...

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não há gGoverno!

O Orador: ...Sra. Deputada Ana Carolina, o Governo faz.

Deputado Mark Marques (PSD): Entrega os cheques e não faz.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Mas não entrega 3 vezes.

O Orador: Agora o que se passa aqui é que este Governo não necessita de andar a publicitar aos quatro ventos as suas iniciativas para demonstrar que não é moralista nem padece dum conservadorismo que afecta a sua eficácia nestas questões, como acontecia.

Os Srs. julgavam que por pôr um preservativo a voar, ficava a questão do planeamento familiar resolvida.

Deputada Ana Carolina (PSD): Os Srs. é que julgavam. Os Srs. é que andam sempre a dizer isso e é que fazem comunicações sobre isso.

O Orador: A questão do preservativo voador é mínima, Sra. Deputada. Não é só assim que se faz uma política de planeamento familiar. Os Srs. prendem-se só a isso e esquecem todo o trabalho que está a ser feito, porque efectivamente não houve o cartaz do preservativo voador.

Deputada Ana Carolina (PSD): Isso é do vosso tempo.

O Orador: Sra. Deputada Ana Carolina, o busílis da questão foi porque a fixação do preservativo voador foi proibida inicialmente. Foi sim senhor. A Sra. não sabia? Devia de saber e o busílis da questão residiu aí.

Portanto, a vossa justificação não colhe e os vossos argumentos, que pretensamente seriam, do ponto de vista jurídico, de aguardar por toda uma fase de elaboração e de produção legislativa, também não colhem.

Noutras matérias nesta Assembleia, este Governo teve um papel inovador.

Quanto à questão política, cai pela base, porque os Srs. tinham condições para avançar com o vosso projecto e não avançaram.

Deputada Ana Carolina (PS): E os Srs. também.

O Orador: Moral da história:

Se a Região quiser ter normativos relativamente a esta matéria terá de ser através do Grupo Parlamentar do PS ou então não temos. Vamos a ver.

Deputada Ana Carolina (PS): E muito bem, sem copiar!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu creio que o grande equívoco deste debate é porque está dirigido indevidamente para o Grupo Parlamentar do PSD.

É indesmentível, e essa é que é questão, não por causa de qualquer vazio legislativo no País ou na Região, que se possa falar mais e melhor, na mudança dos tempos que vivemos, sobre planeamento familiar e educação sexual. O que não tem sido feito, o que não tem sido ensinado aos alunos nas escolas sobre uma e outra matéria, não se deve à falta de legislação na Região, nem sequer a esse decreto legislativo que não tinha necessidade de aparecer e por isso não apareceu.

A verdade é que o Governo, nesta matéria, nada fez. A verdade é que o Governo sobre essa matéria pouca sensibilidade, pelos vistos, tem e lamentavelmente reconhece o PS que o Governo para fazer alguma coisa, pelos vistos, precisa é de ser obrigado, porque de modo próprio e de cumprimento de promessas nada faz. Só precisa de ser obrigado?! Não é este Governo que os açorianos precisam nos Açores.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Os açorianos é que sabem!

Deputado Madruga da Costa (PSD): Já durante 20 anos sabiam.

O Orador: Digo eu e sou açoriano: um Governo assim não serve os açorianos. Esta é que é a vossa grande preocupação e o equívoco deste debate, lançado pelo Sr. Deputado João Santos, é dirigir-se a quem não devia ter dirigido. Devia ter-se dirigido, como deputado preocupado com essa questão, ao Governo perguntando-lhe: e então que fazem sobre isso? Porquê essa inércia? Por que não se tem falado sobre educação sexual e planeamento familiar?

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Esta é a grande questão. Não está na existência ou inexistência dum diploma legal na Região sobre esta matéria. Essa é que é a grande preocupação

Deputado José Maria Bairos (PSD): A omissão é total.

O Orador: Quanto à limitação do debate sobre planeamento e educação sexual, há grande preocupação do preservativo voador, é a maior demonstração de que poucas ideias neste debate existem sobre esta matéria.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, em primeiro lugar eu não sei se consciente ou inconscientemente o Sr. não respondeu à minha pergunta.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, quem defende a autonomia, quem defende o papel nesta Casa, quem defende as nobres funções que esta Casa tem e o Sr. entende o papel de legislar nesta Casa como um simples acto de obrigar ou deixar de obrigar o Governo a fazer algo. Óh Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, é esta a dignidade que o Sr. quer para este Parlamento? É esta a dignidade das funções legislativas deste Parlamento, pelo facto de obrigar ou deixar de obrigar?

Bem, se eu tinha dúvidas sobre a forma como os Srs. entendem o papel deste Parlamento foram dissipadas agora. Os Srs. entendem que este Parlamento serve é para obrigar ou não obrigar o Governo a fazer algo.

Deputado Mark Marques (PSD): Você é que disse. O Sr. é que sugeriu.

O Orador: Não é assim que funciona.

Aquilo que existe é: há também que cumprir melhor, mas cumprir com as suas funções.

Quanto à questão que já foi referida por diversas vezes, a questão da existência ou não existência de planeamento familiar, o Sr. prende-se a fogo de vista, com a existência de campanhas que, efectivamente, possam ou não ser visíveis em termos públicos. O planeamento familiar não é só isso.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Mas também é isso.

O Orador: Portanto, a referência que faz a uma campanha já existente, e que esteve envolvida em polémica, não colhe para acusar aquele Governo de fazer ou deixar de fazer coisas.

Renovo a minha pergunta:

O Sr. admite que o que defende é a aplicação da Portaria do Ministério da Saúde à Região, enquanto tal? Eu aguardo uma resposta da sua parte.

Deputado José Maria Bairos (PSD): A Portaria já não existe. Quer aplicar uma coisa que não existe?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Santos.

Deputado João Santos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Bolieiro:

Eu ia dizer que, possivelmente, não percebeu a minha intervenção, mas como professor devo antes dizer que, possivelmente, fui eu que não me fiz entender. Eu não me dirigi na globalidade ao PSD.

Se esteve atento à minha intervenção, por diversas vezes eu tenho citações e algumas passagens a que me refiro a esta Casa, a todos os Deputados, ao Governo e disse a determinada altura que: "nunca mais se ouviu falar nesta Assembleia em assuntos tão importantes". Eu não disse que não foi o PSD que falou.

Mais à frente na minha intervenção eu disse que só tinha lembrado no início a promessa do PSD e continuo a reafirmar, porque essa é uma responsabilidade que não pode ser escamoteada. Não fomos nós, não foi o Governo que obrigou a Deputada Ana Carolina...

Deputada Ana Carolina (PSD): Exactamente, e nós já explicámos isso.

O Orador: ... a levantar-se nessa bancada e a dizer: "nós vamos fazer, nós estamos prontos e vamos avançar". Ninguém a obrigou, Sra. Deputada, e agora eu queria-lhe perguntar: quando a Sra. Deputada disse isso, que estava pronta, e supõe-se que iam avançar de imediato,...

Deputada Ana Carolina (PSD): Nós não sabíamos que tinham copiado! Depois é que descobrimos.

O Orador: Só depois é que descobriram, mas falaram delas aqui.

... a Sra. Deputada certamente não saberia que iria sair esta lei em 99? A Sra. Deputada acredita que a nível nacional mais nenhuma legislação será produzida sobre esta matéria? Então será que guarda para essa altura em que mais nenhuma legislação saia sobre esta matéria para produzirem o vosso diploma? Sra. Deputada, por amor de Deus! Eu só lhe queria dizer é que pode ter todos os argumentos, pode ter o argumento do plágio, pode ter o argumento da regulamentação dum diploma nacional, pode ter aquilo que entender, agora o que não fizeram, porque estavam a aguardar que se completasse o quadro, essa não, Sra. Deputada! Isso não é desculpa.

Foi a Sra. que disse, sem ninguém a obrigar, que estavam prontos, que o iam fazer, porque este não servia, assim não se fazia, nós sabemos como se faz e

vamos fazê-lo. Até hoje nada. Foi isso que eu lhe disse e é isto que eu e os açorianos lhe cobram.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ainda sobre esta matéria eu, há medida que o debate vai evoluindo, o que vou notando é que parece, e estive atento à intervenção do Sr. Deputado e nalgumas partes concordo como preocupação geral, que a grande preocupação do Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PS não está, efectivamente, no problema do planeamento familiar ou da educação sexual. Quis dar aqui um pequeno show de denúncia da falta duma promessa por cumprir por parte do PSD.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não só, mas também!

O Orador: Se essa preocupação, que nem sequer é justa nem está bem fundamentada, fosse real e substancial mais valia então o Sr. Deputado, que nesta preocupação de vazio legal, sobre esta matéria na Região, apresentasse hoje um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre esta matéria, denunciando e identificando esse vazio e depois então criticasse, mas não, veio em início de ano querer fazer uma pequena esperteza política que é denunciar o PSD por não ter cumprido uma coisa que não tinha que cumprir e essa é que demonstra a falta de preocupação verdadeira. A substância do problema do planeamento familiar e da educação sexual não está na primeira linha da sua preocupação.

Quero também lembrar-lhe, como já o fez a minha colega Deputada Ana Carolina, que foi o Governo da República que, imediatamente a esta tal sessão legislativa, com pompa e circunstância, anunciou ao povo português as suas grandes visões, os seus novos horizontes em matéria de planeamento familiar e educação sexual para os portugueses, onde todo o país, obviamente, está inserido. Daí esta nossa cautela, daí esta nossa espera para ver se, no quadro

legal no país, sobre essa matéria, surgia algo de novo e de importante que também poderia ter aplicação ou adaptação na Região Autónoma dos Açores.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, o Sr. está excessivamente preocupado com a produção legislativa do Grupo Parlamentar do PS.

Para seu sossego digo-lhe que o Projecto de Decreto Legislativo Regional versando sobre esta matéria será entregue ainda hoje na Mesa da Assembleia.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Está a ver? Não vá esvaziar desse lado!

O Orador: Portanto, veja lá se as críticas que nos dirigia, além de injustas, não tinham qualquer razão de ser.

Em segundo lugar, eu fico feliz pelo facto do Sr. se ter referido à postura do Grupo Parlamentar do PS como um mesquinho exercício da denúncia da falta de cumprimento duma promessa do PSD, já significa a admissão de que há, efectivamente, a falta de cumprimento duma promessa do PSD. Portanto, já estamos a evoluir na discussão, o que é bom e é positivo. Promessa houve, faltou foi o cumprimento.

Agora, a minha pergunta continua sem resposta, Sr. Deputado. O Sr. já interveio várias vezes e escusa-se a responder à minha pergunta.

O Sr. defende ou não a aplicação da Portaria do Ministério da Saúde à Região? É isso que eu quero saber e é isso que quero que o Sr. me responda.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ainda bem que aparece este quadro, mas era razoável que tivéssemos tomado conhecimento e eu não teria cometido esse lapso.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Essa gafe! Eu estou aqui é para ajudar.

O Orador: Nem sequer se trata duma gafe.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não precisa de estar a agradecer.

O Orador: É uma falta de transparência da vossa parte, mas o truque ainda fica mais denunciado por essa troca de apresentação, ou seja, primeiro a intervenção e só depois o Projecto.

É mesmo uma vontade de fazer show, mas cá estaremos para avaliar o que de inovador vem daí nessa proposta.

Deputado Mark Marques (PSD): Cada um dá de si aquilo que tem. Quem é pequenino, pequenino é!

O Orador: Estaremos cá para avaliar que vazios legais descobriram os Srs. nessa matéria, que será essencial para o Governo dar o primeiro passo nessa matéria de planeamento familiar e educação sexual. Verdadeiramente nem sequer se trata de apresentar a esta Casa as medidas que pretendam fazer avançar rapidamente, porque esse outro debate devia ter sido feito logo com o Governo, porque quem está preocupado com esta promessa, que não terá sido cumprida pelo PSD, devia estar preocupado com as incontáveis promessas do Governo que estão por cumprir.

Os Srs. concretamente já alguma vez, aqui nesta Casa, manifestaram a preocupação por falta de cumprimento das promessas do Governo, que são muitas, denunciadas pela oposição, denunciadas pelos parceiros sociais, denunciadas pelos açorianos em geral.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, eu devo-lhe confessar com toda a sinceridade que admito todas as críticas possíveis e imaginárias àquelas que são as propostas do PS, agora há aqui um aspecto que vamos deixar muito claro: quem define os timings e a forma como o Grupo Parlamentar do PS actua, os documentos que apresenta e os termos em que os apresenta é o Grupo Parlamentar do PS, não é Sr. nem o vosso Grupo Parlamentar que vão dizer a forma como este Grupo Parlamentar se deve portar aqui dentro e deve apresentar os projectos quanto a esta matéria.

Quanto à acusação da má fé, Sra. Deputada, pela experiência que tenho deste Grupo Parlamentar, não há qualquer tipo de jogada relativamente ao facto de aguentar ou deixar de aguentar. O documento está pronto, é entregue na Mesa e se, efectivamente, o documento só ficou pronto agora, pois só agora é que terá que ser entregue na Mesa.

Deputada Ana Carolina (PSD): O Sr. Deputado João Santos não sabe?

Deputado José Maria Bairos (PSD): Ele não estava a par da iniciativa.

Deputado Mark Marques (PSD): Estava na intervenção.

O Orador: O Sr. Deputado João Santos fez a intervenção a que tem direito.

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, quanto à questão política do cumprimento ou falta de cumprimento das promessas do Governo, o Governo, por um lado, e, por outro, este Grupo Parlamentar defendem os interesses dos Açores e dos açorianos. Aceito sempre na procura do melhor e por bastas e numerosas vezes já foi dito que este Governo e nomeadamente também esta bancada, não se consideram donos da verdade. Existem falhas, existem erros e admitimos que recuamos. Se existem documentos aqui que podem ser melhorados, muito bem.

Portanto, esta insinuação que o Sr. quer fazer de que estamos aqui de olhos vendados a dizer "amen" a tudo, também não colhe. É um esforço contínuo, difícil, complexo por vezes, umas vezes corre melhor outras corre menos bem, mas de qualquer das formas a consciência que temos é de que a tarefa de desenvolvimento dos Açores não é linha recta, não é feita de soluções acabadas.

Sr. Deputado Bolieiro, renovo a minha pergunta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Dá-me a ideia de que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro acabou de fazer a autocrítica, porque relativamente aos timings - e nessa matéria estamos em absoluta concordância - das iniciativas legislativas de qualquer Grupo Parlamentar, são os próprios a decidirem. Bom, então porque é essa denúncia na intervenção quanto à nossa iniciativa legislativa ter sido ou não ter sido apresentada.

O Sr. já condenou a vossa própria denúncia. O Sr. condenou a intervenção do seu colega deputado e a sua denúncia. Afinal de contas não quer o Sr. que nós mandemos, e nós não mandamos nos vossos timings de iniciativas legislativas e querem os Srs. mandar nas nossas. Não faz sentido.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A diferença está em se prometer e não avançar.

O Orador: Portanto, o Sr. acabou por condenar a intervenção do seu colega deputado.

Deputado José Maria Bairos (PSD): *Muito bem!*

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Já lá vamos.

O Orador: Quanto à sua pergunta, ela já está respondida à exaustão, à saciedade. Não tem e não tinha cabimento e não era sequer admissível, em matéria de dignidade para a Assembleia, um plágio de uma Portaria para ser transformada aqui em Decerto Legislativo Regional.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A minha pergunta não foi essa.

O Orador: Já não sei qual é que foi. Se calhar foi menos importante ainda.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, eu acredito e reconheço que o Sr. aproveitou inteligentemente aquilo que supostamente era uma saída para si no meio desta situação.

A questão é esta, Sr. Deputado:

A diferença entre o teor da minha intervenção, no sentido de dizer que os Srs. não mandam nos timings da apresentação de propostas do Grupo Parlamentar do PS, e a vossa postura, é que da vossa postura houve o compromisso numa matéria extremamente importante de avançar, de avançar logo e de avançar em termos definitivos no Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Portanto, reconheça-me ao menos a legitimidade, como açoriano e também como deputado desta Casa, de pedir o cumprimento desta promessa.

Por outro lado, Sr. Deputado, a minha pergunta não era saber se havia plágio ou deixava de haver plágio, a minha pergunta era se o Sr. admitia a aplicação directa duma Portaria do Ministério da Saúde à Região? A dúvida concreta era esta. Se não percebeu eu volto a repetir:

Se é possível para si ou se o Sr. defende a aplicação directa duma Portaria do Ministério da Saúde à Região?

A pergunta era esta e não tem nada a ver com decreto legislativo da Assembleia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A sua questão então é mesmo de menor importância, porque ela é jurídica e o Sr. já conhece.

A definição de aplicação a todo o território nacional está feito quanto à Lei Geral da República. O que é aqui importante é o quadro normativo, o quadro legislativo e o que é a essência do debate, é saber se a inacção do Governo tem sido, nessa matéria, causada pelo vazio legal. Está provado e é indesmentível que não o é e o que é lamentável, já que há a preocupação de pedir pela promessa não cumprida em questão essencial, é que o Grupo Parlamentar do PS pressionasse o Governo sobre essa inércia e exigisse intervenção nessa área já que considera isso tão fundamental e tão urgente. Entretanto já passou tanto tempo e só se lembraram agora desse problema.

A sua argumentação não é razoável, não é sustentada, que nos possa por isso convencer. É esta a grande questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Vou pedir-lhe desculpa de continuar com aquilo que em seu entender são as minusculas jurídicas, mas a questão agora coloca-se nestes termos:

Se houver uma portaria nacional que consagra determinadas soluções técnicas para um determinado problema. Se se demonstrar que essas soluções técnicas são as soluções mais correctas para resolver aquele problema, que também se

verifica cá, como é que o Sr. defende a consagração dessas soluções técnicas ao nível regional?

Percebeu? Eu repito:

Uma Portaria nacional fixa determinadas soluções técnicas. Essas soluções técnicas mostram-se as mais adequadas para resolver um problema regional, e pela sua resposta depreendi que a aplicação directa da Portaria está excluída, como é que o Sr. faz para consagrar as mesmas soluções a nível regional?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Essa questão não é essencial para este debate, porque nem sequer era preciso para esse efeito um Decreto Legislativo. Lembre-se que, na altura, se falava aqui em Decreto Legislativo plagiando uma portaria, mas mesmo assim, Sr. Deputado, existe uma norma no Estatuto que diz e que resolve parte destes problemas de diferença de quadros legais de ordenamento jurídico nacional e regional.

No âmbito das competências tornam-se regionais a execução dos actos legislativos no território da Região e é assegurada pelo Governo Regional.

Isto é daquelas coisas básicas, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu estou menente!

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, execução de actos legislativos! Não foi esta a minha pergunta. Eu não estou a falar da execução de actos legislativos. A minha pergunta não é essa, Sr. Deputado, mas primeiro e antes disso, a questão do ser essencial ou não é um argumento, é um argumento para o Sr. não responder à pergunta, agora não é um argumento para o Sr. dizer se eu posso ou não colocá-la.

A pergunta é esta, Sr. Deputado:

A aplicação de soluções técnicas constantes dum portaria nacional, como é que se faz à Região, sendo certo que esta Assembleia poderá ter o poder de, em regulamentação também de legislação nacional, vir a consagrar as mesmas soluções técnicas?

Deputado António Meneses (PSD): É uma resolução do Governo.

O Orador: Qual resolução, Sr. Deputado. Uma resolução do Governo em regulamentação de legislação nacional? Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O ano há pouco iniciado será, certamente, um ano de intensa actividade política regional, quer pelo facto de durante o seu curso se realizarem eleições para esta Assembleia, quer pela circunstância de ser urgente clarificar diversas questões de maior importância para esta Região Autónoma.

É oportuno e na nossa óptica indispensável que neste início de ano, politicamente determinante, as várias forças políticas interventoras coloquem nesta Assembleia os aspectos mais importantes das análises que fazem, dos projectos que defendem e das preocupações com que se confrontam.

É em coerência com essa opinião que, em nome do PCP/Açores, venho hoje a esta tribuna abordar algumas questões que reputamos de essenciais.

O ano 2000 começou com um facto político criado pelo Governo e que não pode deixar de ser comentado: Trata-se do anúncio da criação da Secretaria Regional do Ambiente a 10 meses das eleições e depois da discussão e aprovação do último Plano desta Legislatura.

O Governo Regional definiu a política de ambiente que queria fazer nesta legislatura; certamente que o Secretário Regional responsável e o próprio Conselho do Governo acertaram as orientações a cumprir pela Direcção Regional existente; dessas orientações e opções resultaram programas e projectos dos Planos, bem como as respectivas dotações; o Plano para 2000 é a última expressão quantificada dessa política.

Foi exactamente depois de estar confirmada e dotada em termos finais a política de ambiente que é criada a Secretaria.

Trata-se de um caso muito claro de uso da estrutura governativa como tentativa de remédio para problemas de outro tipo. Ao criar a Secretaria do Ambiente, agora, a dois dias das eleições, o Senhor Presidente do Governo pretendeu fidelizar anteriores apoios e criar expectativas que lhe sejam favoráveis.

O Governo Regional deseja muito mais ser julgado em Outubro pelo que promete, do que pelo que fez. É este o significado profundo desta criação intempestiva de uma nova Secretaria Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A política de ambiente deste Governo tem sido uma política claramente insuficiente face às necessidades.

Mesmo depois da criação da futura nova Secretaria a grande tendência que aparece nas declarações e nos comentários é a de referir alguns problemas visíveis, que entretanto não foram devidamente tratados nestes últimos 3 anos.

Combater a eutrofização das lagoas é uma necessidade evidente, que há muito defendemos, mas que nem os anteriores nem o actual Governo se dispuseram a fazer. Entretanto, temos que ter consciência de que se é necessário e muito urgente fazer face a este tipo de problemas, é essencial integrar numa política coerente de ambiente as questões do tratamento dos resíduos sólidos, a erradicação das lixeiras a céu aberto, a defesa de protecção da orla marítima, a protecção e valorização dos recursos hídricos, o próprio saneamento básico e outras questões essenciais.

A realização de uma coerente, útil e eficaz política do ambiente pressupõe um outro envolvimento do poder regional e um novo e sentido diálogo entre o poder regional e o poder local.

A realização de uma verdadeira política de ambiente, que vise proteger valores e melhorar a qualidade de vida, exige uma muito maior proximidade com as populações.

Este Governo não fez uma política de ambiente nesta linha e, não é agora que o pode fazer.

Pela nossa parte usaremos sempre a nossa intervenção para defender e contribuir para a realização desta perspectiva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Foi há dias apresentado ao Conselho Regional da Agricultura um documento de orientação estratégica para esse sector.

A estratégia desenhada dá prioridade a medidas como a diminuição do encabeçamento, a cessação da actividade, a florestação e a extensificação e medidas agro-ambientais.

Essa estratégia é servida pelos muitos fundos do Feoga-orientação e é estabelecida consagrando a orientação que está na base da concepção do Feoga-orientação.

Apresenta-se esta estratégia como essencial para criar ou repor equilíbrios ambientais, sem que se sinta a necessidade de discutir em profundidade essa importantíssima temática.

Cria-se o dogma de que é preciso **produzir menos** na agro-pecuária e depois avançam-se com muitas medidas e muito dinheiro nesse sentido.

O PCP/Açores assume-se como força política coerentemente interessada em **defender e valorizar a nossa economia produtiva em geral e a agro-pecuária em especial** e como força coerentemente interessada em contribuir para a definição dos equilíbrios essenciais entre a produção e a conservação do ambiente.

Não aceitamos é que seja imposta uma visão unilateral que pretende limitar, muito para além daquilo que pontualmente pode ser necessário, as actividades produtivas e que pretende **desvalorizar muito fortemente as produções das ilhas mais isoladas ou mais pequenas.**

Nesta tribuna chamamos a atenção para a necessidade destas questões terem o debate vivo e esclarecedor de que necessitam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão das quotas do leite não deixam, naturalmente de ter alguma ligação com todos estes problemas de orientação.

O certo porém é que esse e outros problemas têm que ser equacionados e resolvidos tendo em conta as nossas especificidades, incluindo nelas **a elevada aptidão de produzir leite que caracteriza esta região.**

Aqui está um caso em que muito claramente se vê que é necessário, para motivar a coesão económica entre esta região Ultraperiférica e a União Europeia, haver medidas e orientações permanentes que têm que ter algum afastamento em relação à orientação geral.

Para se poder dar um contributo útil à norma do tratado da União Europeia que define o estatuto de ultraperiferia, **temos que associar a esse estatuto matérias de relevante interesse económico e social.**

O PCP/Açores, dentro desta linha, propõe que uma das medidas específicas a consagrar no âmbito da ultraperiferia vá no sentido de **reconhecer que a produção de leite actual corresponde aos esforços e aos investimentos, nomeadamente comunitários, feitos no sentido do crescimento da produção e do aumento da produtividade.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presidência da União Europeia está a ser exercida, no 1º semestre deste ano, pelo nosso País.

O nosso País tem duas Regiões ultraperiféricas o que cria uma sólida base para que no exercício da presidência da UE dê um grande impulso à questão das medidas específicas para a ultraperiferia.

Não bastará promover um colóquio ou uma jornada de debate.

No entender do PCP/Açores há que dar nova vivacidade a este tema apontando decididamente para uma evolução clara desta questão.

No 2º semestre deste ano a presidência da UE é exercida por outro país que tem regiões ultraperiféricas - a França - o que cria, à partida, uma boa razão para que esta questão possa ser ultimada no ano 2000.

Ao lançarmos esta proposta apelamos para que esta Assembleia e o Governo Regional contribuam neste mesmo sentido.

A existência de medidas específicas de carácter permanente é não só urgente, como é essencial para que se possa equacionar o nosso desenvolvimento.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Tinha prometido não falar mais do sismo de Julho de 1998, das suas nefastas consequências e, sobretudo, do engano em que a reconstrução nos vem deixando a todos, em especial aos sinistrados. E que "falar mal" do Governo por falta de organização, programação e empenho na reconstrução e ver as pessoas sinistradas acomodadas à situação incrível em que a teimosia de uns e a incompetência de outros as deixaram, desmotiva. Poderia querer dizer que só sabemos dizer mal e que o povo até gosta do que se está ou não fazendo.

Por isso, e desde já, uma nota positiva para o trabalho que se está fazendo na Almagreira, na freguesia das Lajes do Pico, na recuperação de muros e alargamento da rua principal. A empreitada que o Governo está a levar a efeito tem tido o acompanhamento empenhado da Autarquia Municipal e da Junta de Freguesia e conduzirá, daqui por alguns anos, quando a reconstrução estiver concluída, a uma Almagreira de cara lavada, um lugar onde dá gosto viver ou se é obrigado a visitar.

Esta acomodação poderá, também, demonstrar que os sinistrados não dizem palavra que se ouça ou dão ai que se sinta porque têm medo de retaliações que poderão significar, tão só, um lugar no final da lista....

Estava eu, assim, posto a cismar no sismo, quando me "chamam a terreiro", pois que não estou a cumprir a missão para que o povo me elegeu que é, também, ser voz dos que não têm voz. Ser voz, também, dos que não querem nem podem falar. Que é ampliar o coro dos que ainda esboçam alguns tímidos protestos e não são ouvidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Falar de atrasos, é redundante, mas a reconstrução continua a avançar "a passo de caracol". A concepção foi errada, a programação deficiente. Os alertas feitos,

a tempo e horas, foram desprezados. Liminarmente, às vezes atendendo aos autores...

Falar de enervante lentidão é dizer de documentos pedidos pela segunda e terceira vez.

Falar de incompreensível morosidade é saber de realojamentos que ainda se vão fazendo.

Falar de revoltantes demoras é ver locais onde nenhuma obra de reabilitação ou reconstrução ainda foi executada.

Falar disto é repetir, aqui, o que alguns, os mais idosos, nos vão dizendo: " isto já não vai ser para mim!" ou " - parece que estão à espera que eu morra..." - E alguns já morreram. Em vão, esperaram. Em vão, pediram rapidez. Em vão aguardaram o dia de se abrigar naquilo que era seu.

Dizer que há gente que não sabe, ainda, onde vai ser construída a sua habitação;

Dizer que há falhas sísmicas que são ignoradas para alguns e constituem óbice para outros.

Dizer que há casas sinistradas por onde, ainda, ninguém passou;

Dizer que há reconstruções que eram para fazer-se de uma maneira e que, agora, já o serão de outra, sem que se " dê cavaco" às pessoas que, legitimamente, podem pensar que é para ser mais barato;

Dizer da utilização de critérios diferentes para idênticas situações, permitindo extrapolações de influência de parentescos partidários ou familiares;

Dizer de idosos - completamente desestabilizados - porque não mais voltaram às suas casas e era aí que se sabiam manear;

Dizer de gente menos letrada que as contínuas confusões dos serviços administrativos e técnicos deixam desnorteada;

Dizer isto/é dizer o que se ouve na rua, a cada passo. Dizer isto é referir o que se vê um pouco por todo o lado onde o sismo fez das suas...

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não direi das estruturas municipais para cuja recuperação não apareceu, ainda, 0 pouco dinheiro atribuído. - Os autarcas ainda têm voz, mesmo que alguns lha queiram calar.

Não falarei das igrejas, sobretudo daquelas onde não se pratica o culto, tão necessárias para agregar as pessoas, para fazer comunidade. Os padres têm o púlpito para a palavra necessária e jornais da igreja onde facilmente podem intervir.

Mas ainda referirei que os nossos mortos têm o direito a casa digna e há destruição nalguns cemitérios e ninguém, ainda, disse nada acerca. Não poderei esquecer os impérios em ruínas e outras estruturas comunitárias danificadas pelo sismo que muita falta fazem à comunidade e sobre as quais ainda não houve qualquer pronúncia.

Nos antípodas, e em outras ilhas, fazem-se protocolos ou contratos programa para reconstruir o que nunca foi destruído pelo sismo, ou ainda, para reconstruir aquilo que nunca existiu.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Entretanto, o Senhor Secretário Contente pavoneia-se com a televisão, no encalço, a distribuir cheques aos sinistrados quando alguns vão bater á porta do CPR - no Pico chamam Obras Públicas - cujos responsáveis lhos vão dizendo que não há dinheiro, agora. O Secretário entrega, a televisão filma e vem a pergunta sagrada: está satisfeito? Pudera! Com o dinheiro na mão, quem não está?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Os que não têm! Nem se importam as pessoas da humilhação a que se sujeitam pois se, durante o processo, a tantas se têm sujeitado!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Pena é que tudo isto dê uma imagem positiva da reconstrução, a ideia que tudo vai correndo dentro da normalidade. Mas não vai. Esta intervenção, que é tão só o reflexo do que a cada passo nos vão dizendo, testemunha isso. Também por ela, perdoem-me a imodéstia, se fará a história desta reconstrução.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Felizmente que não é com essa intervenção que se vai fazer a história da reconstrução. Felizmente que não é com palavras de desânimo, nem profeta da desgraça e do caos, que se dá ânimo às pessoas que precisam e é ver-se aquilo que ontem se queria dar às pessoas num outro sítio em calamidade diferente, é ver-se o que se traz hoje aqui numa situação completamente diferente, mas que também se tivermos mais um pouco de bom senso e procurarmos dar ânimo a essas pessoas também julgo que estaremos a fazer a nossa obrigação.

Perguntado há poucos dias a um sinistrado se não teria preferido fazer as obras à sua custa, a resposta dele imediatamente foi: assim foi muito melhor.

Portanto, se queremos, e a maior parte das pessoas assim o têm dito, que as obras sejam feitas por empreitada temos que ver onde é que estão as firmas para concorrer a essas empreitadas e temos que ver se os processos estão prontos, para que o processo tenha um mínimo de lisura em dinheiro públicos.

Portanto, o Sr. Deputado Manuel Azevedo, faz a política que entende, mas espere pelas novas empreitadas.

O processo das igrejas está sendo linear. Os projectos são postos a concurso. Houve duas firmas que ganharam esses concursos para fazer os projectos. O dinheiro está na mãos das igrejas. No Faial está a andar e no Pico é para breve. A comissão de reconstrução das igrejas tem o técnico a preparar os cadernos de encargos para esses concursos.

Portanto, não é só levantar a nuvem negra, vamos ao concreto, vamos saber as coisas como é que são. É um processo difícil e houve a coragem deste Governo, goste-se ou não se goste, de servir as pessoas através dum determinado tipo de reconstrução que até poderiam levar a recuperação da sua casa por administração directa, porque são idosos ou porque têm os rendimentos mesmo

no limiar para que, entrando com a sua parte, seja o CPR a lançar a empreitada. As pessoas percebem tudo isto e sabem que têm que esperar pela sua vez.

Há duas maneiras de ver isto: eu vejo desta maneira, sempre procurando dar ânimo às pessoas em processos de calamidade que são difíceis. V. Exa. prefere ir por outro lado. Com certeza que eu falarei desta maneira e V. Exa. falará dessa e não há ponto de encontro.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila:

A minha intervenção pode ser interpretada por V. Exa. como uma intervenção de desânimo, mas não é. É uma intervenção que procura constatar aquilo que as pessoas me vão dizendo.

Ainda ontem o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt dizia aqui uma frase muito curiosa relativamente a um outro assunto e que era: "mas vá para lá e diga". É também o que me dizem. Eu disse no princípio da minha intervenção que tinha prometido não falar mais do sismo e das suas consequências. Tinha prometido, mas tive que quebrar a promessa - e essas promessas às vezes têm que se quebrar - porque as pessoas chamam-me a atenção para a minha missão.

Eu vim para aqui dizer isto não foi no sentido de desanimar ninguém, porque quando as pessoas me vêm dizer que nunca mais têm a sua casa construída, eu digo-lhes: vão ter, pode é demorar mais algum tempo, mas vão ter a vossa casa construída.

Eu dou-lhes também esta fé e este ânimo e isto serve para acicatar um pouco mais as pessoas que andam à frente disto. É só para isto e não é para mais nada.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Na Graciosa foram 20 anos!

Deputado João Cunha (PSD): Não fale da Graciosa que o Sr. não conhece.

O Orador: Quanto à minha intervenção fazer história, eu hoje conversando com o Sr. Deputado Duarte Freitas ele dizia-me uma coisa que me fez pensar: é que daqui a 30, 40 ou mais anos, quando se quiser fazer a história desta reconstrução

como é que vai ser. Por isso é que eu disse que desta intervenção também se há-de fazer alguma história, pelo menos para fazer contrapeso, porque as pessoas vêm é na televisão e o que é que aparece, aparece o Governo no Pico, como foi da última vez, e o Sr. Presidente do Governo a visitar 3 casas que estavam prontas, mas havia mais alguma casa pronta no Pico naquela altura? Havia mais alguma?

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Havia!

O Orador: Foram as únicas 3 que estavam prontas. Não havia mais nenhuma. Relativamente aos chequesinhos que o Sr. Secretário anda aí a entregar, ele devia era ir com a televisão atrás entregar cheques a toda a gente. Eu pagava para ver o Sr. Secretário entregar cheques a determinadas pessoas...

Deputado Mark Marques (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: ...que recebem o dinheiro, com toda a justiça, é verdade, mas eu gostava imenso de o ver entregar a determinadas pessoas, mas a determinadas pessoas não entrega com televisão. Os cheques se calhar vão ter a casa. Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (*PSD*): Sr Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do meu colega, Manuel Azevedo, não fiz qualquer promessa a mim próprio que não voltaria a falar da reconstrução e por isso aqui vou intervir e vou fazê-lo todas as vezes que for necessário, aliás, como o Deputado Manuel Azevedo, esperava que já não fosse necessário intervir e ter necessidade de o fazer.

Deputado Mark Marques (*PSD*): Infelizmente vai ser muita vez.

O Orador: A minha intervenção vem no seguimento das palavras do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, nalgumas declarações que fez.

É verdade que nós não podemos estar aqui numa situação permanente de desânimo e não foi o objectivo da intervenção do Deputado Manuel Azevedo trazer aqui o desânimo aos sinistrados. Os sinistrados, infelizmente, estão desanimados, descrentes há muitos meses.

Os sinistrados, infelizmente, já não acreditam no que diz o CPR, no que diz o responsável governamental.

Ainda outro dia no mercado da Horta me dizia uma pessoa: Sr. Deputado, no mês de Fevereiro disseram-me, garantiram-me: "vai passar o Natal na sua casa!". Não sei de mais nada, absolutamente mais nada. Continuo a viver nas mesmas condições em que estou a viver desde o dia do sismo". É verdade.

Deputado Francisco Sousa (PS): É no Natal.

O Orador: Ele disse-me isso justamente. De facto, eles não me disseram qual era o Natal.

Mas é em situações destas que , ao fim e ao cabo, Sr. Deputado, se calhar não é por acaso que os responsáveis vão dizendo às pessoas que é no Natal, mas não dizem qual é o Natal. É por isso que as pessoas, Sr. Deputado, e o Sr. veio confirmar agora, já não acreditam e estão descrentes. Basta ir por esses pré-fabricados, por essas casas, garagens e outras situações onde estão a pessoas, famílias em condições infra-humanas e perguntar-lhes a elas qual é a situação. Não vamos escamotear a situação.

Ninguém trouxe aqui o problema, muito menos o Deputado Manuel Azevedo, para criar desânimo às pessoas, porque elas já estão desanimadas e o que é preciso, de facto, é sair desta situação.

O Sr. Deputado Rui Ávila diz assim: "o esquema que foi escolhido foi este do Governo fazer empreitadas e logo se verá se foi ou não a melhor", mas a seguir já vai dizendo: "onde é que estão os empreiteiros". Ó Sr. Deputado, o que a gente ouve há mais de um ano do Sr. Secretário da Habitação e Obras Públicas é que os empreiteiros estão aí a chegar. Eu ouvi ontem outra vez na televisão, mas eu já ouço isso à meses, há mais de um ano. Há mais de um ano que o Sr. Secretário Regional da Habitação diz que a reconstrução agora é que vai

arrancar, é para o mês que vem. Ouvimos isso todas as vezes que um problema é trazido aqui a esta Casa. A situação é que não avança.

É verdade que algumas pequenas reparações estão a ser feitas, é verdade que há algumas situações estão a ser resolvidas, mas passado mais de ano e meio, quer que lhe diga, a reconstrução ainda não arrancou no verdadeiro termo da palavra. Esta é a minha opinião, esta é a opinião da grande maioria dos sinistrados.

Eu pergunto, por exemplo, quantas casas foram construídas de raiz, que tivessem sido iniciadas depois do sismo, para sinistrados?

Sabe, Sr. Deputado, as casas novas que foram atribuídas a maioria delas, salvo duas ou três ou meia dúzia, são casas que já estavam a ser construídas. Ano e meio depois será que já não havia de haver mais casas construídas de raiz. Eu pergunto, por exemplo, um ano e tal depois de estarem os pré-fabricados instalados, quantas famílias já abandonaram os pré-fabricados para irem viver para as suas moradias arrançadas. São situações destas que é preciso que nós aqui, muito friamente, saibamos que elas existem.

A situação é difícil para arranjar empreiteiros, é sim senhor, mas Sr. Deputado, se tivessem, há um ano atrás, criado as condições para que os empreiteiros tivessem vindo para estas ilhas, se calhar eles já cá estavam instalados.

Eu admito, Sr. Deputado, que agora cada vez mais vai ser mais difícil trazer grandes empreiteiros para cá, mas este foi o modelo escolhido por este Governo e, portanto, a questão que o Sr. Deputado põe: Onde é que estão os empreiteiros? Bem, o Governo é que escolheu este modelo. O Governo é que quis que o processo andasse desta forma, com esta lentidão.

Portanto, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila e Srs. Deputados, tenhamos a consciência que pelo facto do Sr. Secretário Regional ter ido ontem distribuir cheques a casas de famílias que já estão resolvidas, algumas delas até, vimos na televisão, estão resolvidas por compra de outras habitações. É legal e não há absolutamente qualquer problema, mas apenas foi uma situação que nada teve de novo em termos de reconstrução.

Quero aqui realçar que não vemos que numa intervenção que um deputado traz aqui seriamente o problema da reconstrução, é querer desanimar os sinistrados.

Julgo que o objectivo foi justamente alertar, trazer aqui a esta Casa testemunhos daquilo que os sinistrados nos vão dizendo a todos, talvez, não é só aos das ilhas afectadas. Certamente que também ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, Sr. Deputado Manuel Serpa, Sr. Deputado Fernando Meneses, Sr. Deputado Guilherme Pinto, mas nós ouvimos na rua estas situações.

Portanto, não vamos dizer que qualquer intervenção sobre reconstrução é para desanimar os sinistrados, vamos é fazer todos força, vamos estar todos empenhados, mas o nosso empenhamento também passa por trazer os problemas a esta Casa para que, de facto, a reconstrução avance duma vez por todas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que quando disse que o Sr. Deputado Manuel Azevedo trazia desânimo eu não disse que ele não tinha tratado o assunto com a seriedade do ponto de vista dele. Procuro sempre nesta Casa seguir um critério de alguma ética e acho que só assim se deve estar aqui neste Parlamento.

Mas, dizer que não se faz nada, eu tenho que dizer ao contrário.

A Comissão de Acompanhamento da Reconstrução produz relatórios em cada período legislativo e o último que foi lido ontem aqui nesta Casa, diz que foram atribuídos apoios financeiros no Faial, Pico e S. Jorge, entre 19 de Novembro e 4 de Janeiro, no valor de 256 mil contos. Desses valores, 10 são casas novas, 5 no Pico e 5 no Faial e depois é ver o resto. Os Srs. Deputados têm este relatório à vossa disposição.

Esta é a minha maneira de ver a reconstrução. A reconstrução está andando. A vossa maneira de ver é outra. Com respeito à reconstrução, digo-vos, as pessoas preferem esperar pela empreitada chegar à sua vez do que lhe porem dinheiro na mão para fazer a reconstrução. Em 80% dos casos eu não tenho a mínima dúvida. Aí é que eu falava nas firmas e a culpa não é do Governo. O Governo fez uma empreitada, e o Sr. Secretário assinou uma ontem, e vai lançar novas empreitadas para o Faial e para o Pico. Esperemos.

Agora, dizer-se que não se está fazendo nada, quando temos o relatório a dizer isto que estou dizendo, alguma coisa não bate certo.

Deputado Manuel Azevedo (PS): Os relatórios são um problema para ele!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu há bocado com a questão dos cheques não completei convenientemente o meu raciocínio relativamente à possível história da reconstrução.

Eu dizia que se fossemos ligar só àquilo que a televisão dá, acerca da reconstrução, víamos o Sr. Presidente do Governo a visitar há uns meses atrás 3 casas que estavam reconstruídas e não havia mais nenhuma, víamos o Sr. Secretário a entregar cheques, víamos o Presidente da República a visitar isto, a Sra. do Sr. Presidente da República a visitar aquilo, tudo coisas um bocado para o ródio.

Portanto, é necessário que haja alguém que deixe por aí alguma coisa daquilo que é a outra realidade, a outra face que é a face daqueles que não têm voz e que se vão dirigindo um pouco a todos nós.

O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila disse agora a frase lapidar. O Sr. Deputado Rui Pedro, e é importante que se esteja atento, disse agora a frase lapidar: "A reconstrução vai andando".

Quando eu estudei português a conjugação perifrástica em português serve para dar nuances ao verbo, que o verbo só por si não tem - alguns sabem e os outros vão aprender - e o verbo "ir", como auxiliar da conjugação perifrástica junto do verbo principal, quer dizer "lentidão na acção". É isto que aqui está.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: A reconstrução vai andando, o próprio verbo indica lentidão.

Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, isto é exactamente igual àquilo que eu disse doutra maneira, utilizando na minha intervenção, uma expressão popular, ou seja, a reconstrução anda a passo de caracol.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem querer dar lições de português, "vai andando", na minha óptica quer dizer que "vai segura, lenta, mas em frente".

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho várias coisas para dizer, mas não quero entrar em discussões de português. É minha opinião, de que uma linguagem perifrástica gerundiva de "vai andando" não signifique "executar com lentidão".

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Ah, é!

O Orador: Desculpe, eu posso dizer assim: enquanto o Sporting joga devagar o Benfica vai jogando com arrego e força. Onde é que está a lentidão?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Está nos dois!

O Orador: Infelizmente não é assim.

Deputado Mark Marques (PSD): O Porto é que está a andar!

O Orador: Eu posso dizer que a traineira continua pescando, não quer dizer lentidão.

Portanto, eu posso dizer que se vai fazendo desta maneira, o que não significa lentidão.

Mas isto é secundário e o que é importante é o seguinte:

Eu creio que daqui a 30 anos, quando se fizer a história da reconstrução vai-se escrever uma página maravilhosa desta Região, porque vai-se constatar que nestes anos se modificou radicalmente o parque habitacional desta Região. Quem negar isto é que não quer ver os factos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Já há muitos anos, não é de agora.

O Orador: Havia duas maneiras de encarar o problema, ou faz-se depressa e mal ou faz-se bem e com qualidade.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

O Orador: Eu quero perguntar aos Srs. Deputados que estão a construir e fizeram casas, quanto tempo levaram a fazê-las. Desafio-os a dizer aqui. Eu também já fiz uma e levei 7 anos a fazê-la.

Deputado Eugénio Leal (PS): Isso é um palácio!

O Orador: Não é um palácio, porque no Pico havia dificuldade disto ou daquilo.

Alguns Srs. Deputados estão a rir-se, mas alguns levam 2 e 3 anos a fazê-las com empreiteiros. Eu vejo com estes olhos.

Portanto, quando se fizer a história da reconstrução desta Região vamos ver casas com qualidade extraordinária. Eu já visitei várias casas feitas no Pico e sinto-me orgulhoso pelo facto daquela gente ter um cozinha cheia de azuleijos, um quarto de banho onde possa estar, etc.. Isso para mim é importante e é fundamental. Eu acho que ela merecia aquilo que nunca teria se não fosse esta óptica e essa perspectiva de reconstruir assim. Tem imperfeições? Tem sim senhor. Tem demoras? Tem sim senhor. Podia ser mais rápido? Podia sim senhor, mas que está bem feito, está, e isso para mim é fundamental e é fulcral.

Eu gostaria que não se entrasse nesta questão por suspeições que muitas vezes são perigosas.

É verdade o que se disse aqui: os deputados são todos procurados por causa de coisas de construção e eu também já fui muitas vezes e sou sempre quase todos os dias. Acontece que há dias, e digo só pelo ar, mas que fique a ideia, enfurecidamente um grupo de pessoas procurou-me, porque uma determinada qualidade, a primeira casa que se tinha construído não morava lá ninguém, que era um escândalo. Eu fiquei preocupadíssimo e fui a quem de direito pedir responsabilidades por esse facto e mostraram-me um documento da junta de freguesia em que se dizia que a pessoa morava lá, para desconhecimento de quem mandava e era responsável.

Portanto, é preciso cuidado com estas coisas, porque há problemas aqui complicados e temos de ter uma maneira de levar a situação pelo caminho correcto.

Como já se disse aqui, eu sei que as coisas podiam ser mais rápidas, podiam avançar de uma outra maneira, mas há dois pontos, para mim, que são fundamentais: Em primeiro lugar há vontade de fazer e, em segundo lugar, fazer bem representa uma coisa grandebilíssima para quem recebe, para quem vai morar de novo e, sobretudo, vai valorizar extraordinariamente a Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal(PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero apenas esclarecer aqui alguns assuntos, nomeadamente ao Sr. Deputado Manuel Serpa, e o primeiro do todos é dizer que da bancada do PSD não foi feita qualquer crítica à qualidade das construções que estão a ser feitas.

Deputado Manuel Serpa (PS): Não é preciso.

O Orador: O que se critica e se tem criticado é sobretudo a forma, a lentidão e o atraso que o processo está a conhecer, repito, várias vezes aqui nesta Casa, nos meios de comunicação social, o Sr. Secretário Regional disse que era já no mês seguinte que ía haver o concurso. Olhe, quer que eu lhe diga, vai fazer agora no mês de Março um ano, houve ali nas Obras Públicas a apresentação dos projectos tipo. Nós fomos lá, os Deputados do Faial, várias entidades, tudo muito bonito com os arquitectos e os gabinetes a apresentar, eu pergunto: quantos desses projectos, passado um ano, estão prontos para ser construídos? Quantos já foram construídos? Quantos estão em construção?

Sr. Deputado, são coisas destas, é esta lentidão com que nós vamos andando que tem levado muita gente a estar desanimada, a estar descredibilizada. Há gente que já não acredita. Foram tantas as vezes que já lhes disseram que era duma maneira, que era doutra, que ia ser assim, que ia ser para o mês que vem. As pessoas já não acreditam.

Finalmente, Sr. Deputado, quero-lhe aqui dizer, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, que estamos de acordo que, de facto, daqui a uns anos vamos ter um

excelente parque habitacional, principalmente nas ilhas do Faial de do Pico, mas sabe o Sr. Deputado grande parte porquê? Porque os partidos da oposição, o PSD, o PP e o PCP propuseram alterações ao diploma que o Governo aqui apresentou nesta Assembleia que fez com que, de facto, com essas alterações muita e muita gente talvez nunca pensassem ter uma casa na sua vida, mas alguns já vão ter casa um dia em condições graças ao PSD, ao PP e ao PCP. É por isso que o parque habitacional vai melhorar substancialmente, porque a proposta do Governo era uma proposta restrita.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente para dizer ao Sr. Deputado Manuel Serpa que não duvido que aquilo que está a ser feito, está a ser bem feito. Eu próprio na minha intervenção, para que não dissessem que era só dizer mal, tive o cuidado de elogiar a empreitada que o governo está a levar a cabo na Almagreira, de construção de muros que, com a colaboração das autarquias, no diálogo com as pessoas, tem permitido o alargamento da rua. É um trabalho digno de se ver e daqui por algum tempo, por alguns anos, quando aquelas casas tiverem reconstruídas, a Almagreira que era um lugar que não brilhava muito vai brilhar com certeza.

O que está a ser feito, acredito que esteja a ser bem feito. Está, como disse o Sr. Deputado Eugénio Leal, a ser feito muito lentamente.

Para acabar com um ar menos pesado sempre lhe direi que a conjugação perifrástica com o verbo "ir", na asserção que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila empregou, quer dizer "lentidão", porque aquilo que o Sr. Deputado disse do seu Benfica e do nosso Benfica, infelizmente, não é verdade, nesta altura vai jogando com garra e com denodo. O que lhe dá a ideia de pouca lentidão é o complemento circunstancial "com garra e com denodo", não é o "vai jogando".

Esse quer dizer lentidão. Se o meu amigo dissesse "o Sporting joga rapidamente" e "o Benfica vai jogando", o que é que isto queria dizer? Era "lentidão" que é o que acontece, infelizmente, neste momento.

Deputado Madruga da Costa (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Eugénio Leal falou numa situação da apresentação dos projectos tipo. Os projectos tipo foram uma opção do Governo para situações em que, caso o sinistrado opte por esse projecto, leve a uma situação de alguma estabilidade na nossa paisagem rural para não haver uma descaracterização, mas não é obrigatório que o sinistrado opte por esse projecto, quer no Pico, quer no Faial.

O Sr. Secretário já disse que vão ser lançadas novas empreitadas, e serão cerca de novas 100 moradias nesta empreitada, cujas empresas foram consultadas, e serão abertas as propostas no dia 15 de Fevereiro. Julgo que o processo anda e neste caso parece-me que já não é lento, está mesmo em velocidade de cruzeiro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila:

A questão que eu referi dos projectos tipo, era pura e simplesmente para dizer que no mês de Março vai fazer um ano que o projectos foram apresentados e quer que lhe diga: ainda há inúmeras situações que estão para definir relativamente a esses projectos tipo. Há 10 meses. É isto, Sr. Deputado, são situações desta natureza.

Ainda bem que tive oportunidade de voltar a intervir, porque há pouco tinha-me esquecido duma situação que o Sr. Deputado referiu que os sinistrados preferem as empreitadas. Admito que haja sobretudo pessoas idosas que preferem a

empreitada, mas também há muita gente que começou a iniciar os seus processos, mas os impedimentos eram tantos que desistiram e, portanto, entregou-se efectivamente na mão do CPR. Mas sabe, Sr. Deputado, eu também já ouvi algumas situações de pessoas que preferem empreitadas sabe porquê? Não é por essa situação, é porque dizem o seguinte: se eu for fazer por administração directa dão-me a primeira tranche, levam às vezes um ou dois meses, eu começo a obra, depois há as finalizações e depois não vem o dinheiro. Há atrasos nos pagamentos e, portanto, isso está fazendo com que alguns sinistrados não queiram recorrer para as situações de administração directa, para depois não ficarem com a obra feita, mas terem que ir recorrer a empréstimos entrecalares para pagar aos empreiteiros. É por isso que estão a recorrer às empreitadas.

Já agora, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, quero-lhe dizer que há situações, de facto, que nos fazem pensar que o que o CPR e o Governo preferem é justamente levar as pessoas para fazerem os projectos tipo. Há gente e muita gente que quer recuperar a sua casa, que quer fazer um projecto seu e que depois há sempre um impedimento, uma coisa daqui outra coisa dali ou mais uma coisa e que denotam claramente que o que o Governo pretende é que as pessoas optem pelos projectos tipo.

Portanto, a questão das pessoas estarem a ser canalizadas a maioria para os projectos tipo, não é uma questão tão linear como isso, porque tem outras condicionantes que os sinistrados se vêm obrigados, se quiserem ter uma casa o mais rápido possível, a irem para os projectos tipo, portanto, contra a sua vontade inicial, porque vão surgindo entraves, ora do projecto, ora dos documentos, ora do atraso no pagamento.

Ainda outro dia recebi aqui um senhor duma freguesia rural que me dizia: disseram-me para fazer o projecto, porque eu queria ter uma lojinha para guardar as minhas batatas e o meu equipamento que utilizo na minha lavoura, portanto fiz o projecto, paguei-o e agora dizem-me que se eu quiser ter a lojinha no rés do chão eu vou ter que entrar com mais não sei quanto, porque só me dão uma determinada percentagem.

Portanto, há toda uma série de situações que vai fazendo com que as pessoas avancem para o projecto tipo que, aliás, diga-se em abono da verdade, sempre foi intenção deste Governo, passadas poucas semanas. Há declarações públicas do Sr. Secretário da Habitação em que claramente a reconstrução no Faial e em algumas freguesias do Pico iria ser feita bairros especiais. Esta é que é a verdade. Esta é que é a história, Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Isso é a sua opinião.

O Orador: A história vai também dizer que inicialmente o Governo estava pensando fazer duma maneira e há-de dizer também porque é que foi feito. Também há-de dizer assim: Olhe, o Governo propôs no mês de Julho uma tabela de apoios financeiros e depois no mês a seguir veio propor à Assembleia uma coisa completamente diferente, mas felizmente o Partido Socialista era minoritário e o PSD, o PP e o PCP alteraram a situação e, felizmente, a história há-de contar isso e há-de referenciar esses aspectos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão já vai longa sobre esta matéria, já foram aqui trazidos vários argumentos, mas gostaria de fazer aqui uma pequena referência àquilo que é, de alguma forma, a atitude positiva dos vários deputados tanto duma bancada como da outra.

É natural que haja diferenças como há para o dono da casa a garrafa está meia cheia e para o visitante está meia vazia, aqui não será bem assim porque ainda não chegámos a meio, estaremos para aí a 1/10 da garrafa, um pouco mais acima ou um pouco mais abaixo, mas há uma visão um pouco destas.

Também concordo com a questão de que tem que se reconstruir com qualidade, a história vai falar disso, mas a história obviamente também vai falar dos atrasos.

Penso também que a atitude da Comissão Eventual que tem seguido estes trabalhos tem sido uma atitude correcta e a história vai também falar disso.

Agora, o que penso que talvez a história não vai conseguir transcrever com a verdade é a diferença de atitude que há para os trabalhos da Comissão, para a postura dos Srs. Deputados aqui e para a postura do Sr. Secretário José Contente. Aqui é que está a grande diferença.

Enquanto temos alguma razoabilidade aqui dum lado e de outro, conseguimos encontrar aqui alguns pontos de contacto, alguns pontos de acordo, conseguimos até perceber dum lado as críticas e do outro as defesas, por um lado diz-se que se vai muito devagar, do outro lado diz-se que vai devagar, mas nem tanto, tudo muito bem. Agora, para o Sr. Secretário José Contente estamos no céu da reconstrução.

Enquanto nós estamos aqui a discutir isto com alguma profundidade, com frontalidade, ele, se calhar, mesmo sabendo que tudo está a correr mal, está com uma câmara de televisão atrás de si a entregar o cheque e a dizer que tudo vai bem. Esta é que é a vergonha.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas trouxe à colação o trabalho da Comissão. Eu agradeço na parte que me diz respeito, mas quanto à sua parte final, desculpe que lhe diga frontalmente que não concordo minimamente com a apreciação que faz do Sr. Secretário.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Pois não!

O Orador: O Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos tem encarado este problema da reconstrução com uma responsabilidade tal que as pessoas têm confiança nele.

Vão ser gastos os 3 milhões de contos orçamentados durante este ano, provavelmente um milhão no Pico e dois milhões no Faial. É com essas verbas que nós podemos falar e podemos pedir meças ao Governo.

O Sr. Secretário tem tido uma preocupação com a reconstrução nas ilhas do triângulo, tem-se deslocado bastas vezes ao Faial e digo mais: tem estado ao

dispôr da Comissão Eventual duma maneira que, sendo obrigação dele, também nos apraz registar que nada temos a apontar. Que fique bem claro nesta Câmara.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir neste debate, mas como também sou deputado pela ilha do Faial, e tenho estado atento a ouvir o que tem sido dito, acho que é necessário, eu diria, pôr um pouco de água fria nalgumas coisas.

É natural que a oposição, quer fique para a história ou não, quer saiba muito de português ou não, é natural que a oposição tente fazer relevar os aspectos negativos deste processo.

Eu devo dizer que, como deputado desta Ilha, que tenho acompanhado tudo isso, que tenho inclusivamente participado nalgumas reuniões da Comissão de Acompanhamento e que, sobretudo, tenho andado por aí por essa ilha, falando com as pessoas, não tenho essa ideia triste. Sinceramente não tenho essa ideia de que as pessoas não acreditam, que as pessoas estão desanimadas. Não é esse, sinceramente o sentimento que eu tenho recebido por parte das pessoas.

De resto, faço lembrar que fez parte da metodologia deste processo que as pessoas fossem realojadas em pré-fabricados, exactamente no pressuposto de que isto iria demorar algum tempo.

Deputado Eugénio Leal (PSD): 4 anos.

O Orador: Não foram efectivamente apresentados prazos nem podiam ser, mas o que é certo é que as pessoas quando foram para os pré-fabricados já estavam convencidos que iam estar ali bastante tempo para se fazer uma reconstrução em condições.

Portanto, por um lado é natural que haja alguma expectativa, aqui e ali algum desânimo, mas o sentimento geral que eu tenho não é esse.

Devo dizer, Srs. Deputados, que realmente este processo à medida que vai avançando, quer avançando signifique lento ou não e na minha opinião não significa, posso-vos dizer que cada vez mais dificuldades vão aparecendo, coisas que nós nunca imaginámos que iam aparecer quando debatemos aqui o diploma,

refiro-me, por exemplo, à definição dos titulares do direito à reconstrução e reabilitação, questões de heranças indivisas onde realmente a gente não sabe como é que vai solucionar a crise, questões de comodatários que não são comodatários, questões de arrendatários que não são arrendatários e que estão a surgir no dia a dia e que estão a provocar dificuldades neste processo, porque há situações de fronteira, quer a este nível quer ao nível físico mesmo, que não são fáceis de resolver.

Eu recebo aqui muita gente no meu Grupo Parlamentar, pessoas que vêm colocar alguns problemas, procuro informar-me disso junto do CRP e realmente eu próprio por vezes tenho muitas dúvidas àcerca destas questões dos titulares do direito à reconstrução e à indemnização.

Por outro lado, da parte de alguns sinistrados há situações de difícil resolução e que têm que ser resolvidas através do diálogo. Há sinistrados que me disseram que queriam reconstruir as suas casas debaixo da falésia, há sinistrados que me disseram que queriam reconstruir as suas casas junto à ribeira e é preciso, e os Srs. sabem disso porque ouviram como eu ouvi, perder algum tempo explicando às pessoas que um dos pressupostos deste diploma é realmente a segurança e que não deve fazer debaixo da falésia. Isto leva tempo. Eu já cheguei ao ponto de uma vez, e vou-vos confessar isto aqui, em desespero de causa dizer assim: façam onde quiserem, debaixo da falésia ou dentro da ribeira, porque realmente isto está a acontecer.

Eu procuro compreender as pessoas, mas se a nossa filosofia é construir com segurança temos que ser firmes nisso. Espero é que todos sejamos firmes nisso e se em segurança não pode construir debaixo da falésia, temos que dizer que não pode mesmo. Não é andarem a dizer na opinião pública, pois, talvez e não sei que mais. Portanto, vamos fixar as regras e cumpri-las.

Por outro lado ainda, e relativamente aos projectos tipo, os Srs. sabem tão bem como eu que já há centenas de projectos tipo, já sabem que esses gabinetes andam a discutir com as pessoas esses projectos tipo e também sabem que, infelizmente, alguns desses gabinetes não estão a cumprir como deviam. Isto também é verdade e não tenho problema nenhum em dizer.

Deputado Eugénio Leal (PSD): E eu acredito no que o Sr. está dizendo.

O Orador: Esses gabinetes foram contratados com cadernos de encargos, com regras em que devem estar no campo, devem estar junto das pessoas e há situações que não são bem assim.

O Governo está atento a isso, está a tomar algumas medidas e esses senhores estão a ter algumas reacções que não deviam, porque esses senhores efectivamente estão aqui para fazer os projectos e dialogar com as pessoas. Espero que continuem a fazer e bem feito, porque se assim não for eu serei o primeiro a denunciar essa situação.

Portanto, isto para vos dizer que não vamos só deitar abaixo. Eu sei que isto vai levar muito tempo e espero que seja feito como deve ser, com rigor e com qualidade.

Se isto for dito às pessoas, creio que não vai haver esse desânimo nem este descrédito. Não é esse o sentimento que eu tenho agora e espero que não seja esse o sentimento daqui para a frente.

Só mais uma nota, para dizer o seguinte:

Eu acho que é ilegítimo dizer-se que o Governo Regional está a procurar que as pessoas se dirijam para o projecto tipo. Não tenho nenhum elemento e os Srs. Deputados seguramente também não que vos possa levar a fazer uma afirmação dessas. As regras são claras e nós aprovámo-las aqui

A Comissão de Acompanhamento teve uma reunião com o Sr. Secretário, foram definidas aquelas normas para esclarecer o diploma, foi feito uma circular com essas normas e está provado que é assim. Portanto, não há mais especulações sobre bairros sociais. As normas estão aqui e já foram divulgadas pelos Srs. Deputados, nomeadamente as circulares sobre a recuperação da casas, das áreas, etc.. Não há que levantar mais suspeições sobre isso nem sobre bairros sociais, porque isso também à partida foi definido e foi dito aqui que não iam ser feitos bairros sociais. Não vamos olhar para trás, mas sim olhar para a frente.

Não vai rápido, porque não pode ir rápido. Estas regras são muito complicadas e é preciso nós aprovarmos e é preciso que as pessoas se sintam bem nas casas.

As equipas têm que debater os espaços com os sinistrados. Isto é um processo tremendo para além daqueles dos problemas que vão surgindo no dia a dia e que algum dos quais, eu próprio devo dizer que não sei qual a solução em termos de propriedade, de heranças indivisas, de comodatos e coisas do género. Está para aí uma complicação que nós nem imaginávamos quando começámos a tratar desta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Segui com atenção este debate, porque ele me diz respeito e diz-me respeito na medida em que vivo nesta ilha e faço parte duma comissão que tem acompanhado este problema com alguma atenção e, para além do mais, sou deputado desta Casa.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, realçar alguns aspectos que foram chamados à colação pelo Sr. Deputado Fernando Menezes e dizer-lhe que as questões interpretativas deste documento ficaram muitas delas clarificadas numa reunião havida com o Sr. Secretário, já lá vão alguns meses, e sobre outras o Sr. Secretário teve a gentileza de nos mandar um documento que ainda não se encontrava aprovado na sua versão definitiva e que procurava interpretar ou dar alguma orientação para os seus serviços sobre algumas questões que pareciam menos claras e algumas já citadas pelo Sr. Deputado, nomeadamente a questão da propriedade indivisa, a questão de situações de comodatários.

Ora bem, na altura também ficou claro que eventualmente poderá ter havido por parte das entidades encarregadas de apreciar os processos alguma pressa em despachar algumas coisas e o que é facto é que com essa vontade de resolver alguns problemas se terão dado algumas interpretações talvez mais lactas a algumas situações, nomeadamente a dos comodatários, mas o que é facto é que por onde passou, pelo buraco da agulha, uma determinada medida, era de esperar que todas as medidas iguais passassem pelo buraco da mesma agulha.

O que é facto é que verificado algumas situações que eventualmente poderiam posteriormente estar menos correcta, mas que cabiam na agulha, aí a entidade

encarregada de apreciar estes casos chegou à conclusão que já não era essa situação.

Portanto, há uma comissão e penso que é sempre possível junta da comissão averiguar quais são efectivamente as interpretações que têm que ser dadas sobre esta matéria e, portanto, julgo que não é por aí que se poderão verificar atrasos anormais nesta questão do sismo.

Por outro lado, também gostaria de acentuar a ideia de que a comissão tem procurado trabalhar com afinco, com uma grande abertura, com a aceitação dos pontos de vista de cada qual e não tenho verificado dentro da comissão que haja a procura de situações que não sejam aquelas que sejam correctas ou sejam incorrectas.

É evidente que aquilo que há pouco o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila leu, o que nós fazemos na comissão é estabelecer aquilo que vamos encontrando feito e que nos vamos regozijando com isto. O que nunca está dito na comissão normalmente, e o Sr. Deputado sabe-o bem, é aquilo que ainda está por fazer e o que ainda está por fazer é o que assusta, porque efectivamente algumas empreitadas que foram lançadas, foram-no com sucesso, estão a funcionar. Vimos recentemente no caso de S. Jorge.

Ainda ontem vi na televisão, enfim, numa situação que é verdadeiramente discutível sobre se os barcos que foram ontem apresentado estavam ou não nas circunstâncias de sinistralidade que lhes deu a primazia e a prioridade para serem reparados.

Portanto, o que é facto e o que é voz corrente, e isso os Srs. Deputados da comissão sabem, porque falamos com pessoas, o Srs. Deputados todos do Faial e Pico também o sabem, é que há pessoas que continuam a ter dificuldades de acesso às coisas, dificuldades de acesso às pessoas, continuam a ter explicações em cima de explicações e continua-se, de alguma forma, a tentar encontrar não o deferimento porque as questões um dia hão-de ser resolvida, mas os processos não estão a caminhar com a celeridade que seria desejável, essa é uma verdade.

E mais:

Lembraria que o ano passado por esta altura foram anunciados a brevidade com que iriam ser feitos contratos com gabinetes de projectistas. Os contratos levaram mais tempo do que se supunha ou até já se sabia de antemão com alguma antecedência que não seria tão rápido como isso.

Neste momento sabe-se que alguns esses gabinetes estão a trabalhar, outros tenho dúvidas que ainda estejam a trabalhar, não sei se bem se mal, porque técnico nesta matéria, mas sei é aquilo que vou ouvindo e sei que alguns estão trabalhando e outros já não estão, uns mantêm contactos com os sinistrados, outros já não mantêm.

O que é facto é que há aqui algumas coisas que carecem de explicação e que inquietam as pessoas.

Portanto, a gente pretender duma penachada dizer que está tudo bem, é que me parece que está mal. Se há preocupações em relação à celeridade em também as tenha e todos nós as temos com certeza, agora o que não vale a pena é tentar encontrar forma de tapar o sol com a peneira.

Há problemas que têm que ser corrigidos, há questões que têm que ser solucionadas e nenhum de nós, pelo menos desta banca, está interessado em que se encontrem problemas, mas sim interessados em que se resolvam os problemas das pessoas, é que não se encontrem minudências na lei, que não se encontrem minudências no terreno para não resolver ou para adiar.

Portanto, penso que do trabalho que se vai seguir da comissão numa próxima ida à ilha do Pico havemos de verificar localmente o andamento das coisas e esperamos que numa próxima oportunidade no Faial também verifiquemos com igual crueza as situações em que ainda muito pouco se fez nalgumas freguesias, porque se lançou o problema do risco, o problema das falhas e já todos temos a consciência, até pela própria conversa que tivemos com o Sr. Secretário na Comissão, da dificuldade que este processo encontra a esse nível.

Srs. Deputados, eu deixo aqui este meu testemunho também de inquietação corroborando aquilo que foi dito pelos meus colegas e não tinha sequer intenção hoje de abordar esta questão, mas penso que aqui dentro também temos que dar voz àqueles que a não têm e, sobretudo, também fazer eco de algumas

dificuldades que existem e que todos nós temos claramente reconhecer que existem.

Portanto, não vale a pena estar a tentar fazer disto um drama, uma tragédia, mas é preciso claramente que fique dito que o processo não tem corrido como se esperava que corresse, como foi sistematicamente anunciado que ia correr e não correu.

Deputado José Maria Bairos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Menezes:

Ao contrário do que às vezes as nossas intervenções geram polémica, eu quero-lhe dizer que desta vez estamos em comum com algumas situações.

De facto há problemas complexos, há problemas jurídicos que surgem, há, de facto, situações que não estavam previstas e que estão a surgir, agora eu pergunto ao Sr. Deputado Fernando Menezes, não era previsível que, dada a dimensão da catástrofe aqui na ilha do Faial e também no Pico, surgissem uma série de problemas de natureza jurídica, de natureza técnica?

O Sr. Deputado concorda hoje, passado ano e meio, com a orgânica que foi criada para resolver o problema do sismo nas ilhas do Faial, Pico e S. Jorge?

Esta é uma questão de fundo, esta é uma questão que desde a primeira hora foi sempre levantada pelos partidos da oposição e que me parece, em minha opinião e na opinião do Grupo Parlamentar do PSD, que este não foi o melhor caminho e que o processo da reconstrução enferma do pecado original que foi o processo da orgânica criada para resolver este problema.

Finalmente, é preciso reconhecer, e o Sr. Deputado reconheceu, que nem tudo vai bem, e posso-lhe dizer que já ouvi essas posições da bancada do Partido Socialista, agora da bancada do Governo é que nunca ouvi.

O Presidente do Governo diz que a oposição nunca elogia uma medida do Governo, pois já inúmeras sugestões e inúmeros contributos têm sido postos aqui, pelas diferentes bancadas da oposição sobre o processo do sismo. Não há um único que tenha merecido acolhimento por parte do Governo. É verdade, os

Srs. têm razão e agora o Sr. Deputado diz e com razão que - e eu estou de acordo consigo - o processo vai levar muito tempo. Pela primeira vez ouvi nesta Casa da bancada do Partido Socialista ou do Governo uma situação tão realista como esta: "este processo vai levar muito tempo", porque na opinião do Grupo Parlamentar do PSD há erros de princípio, há erros de metodologia iniciais e que são irreparáveis.

Sr. Deputado, quem é que disse nos meses a seguir ao sismo que a reconstrução demoraria, no máximo, 4 anos? Foi o PSD? Foi o PP? Foi o PCP? Algum partido da oposição, algum deputado, algum responsável político desta Região obrigou que o Governo dissesse quantos anos é que ia levar a reconstrução? Foi o Sr. Presidente do Governo. Ainda há uns meses atrás o Sr. Secretário da Habitação confirmou: "os prazos vão ser cumpridos". Fale-se com realismo e não se diga às pessoas que é neste Natal que vem que vão ter casa, que o seu problema vai ser resolvido. Fale-se com realismo. É isso que o PSD há muito que anda dizendo. O processo é complexo e tem dificuldades, agora não vamos é dizer que está tudo bem no reino rosa e depois no fim vem uma situação, vem outra, há o problema do empreiteiro, há o problema jurídico, há o problema da falésia e as coisas vão levar muito tempo. Sejamos realistas.

Eu julgo que é importante uma vez mais trazer estes problemas aqui à assembleia, como o fez o Sr. Deputado Manuel Azevedo, para que, de facto, a gente possa debater o problema mais grave que se vive na ilha do Faial e na ilha do Pico.

Portanto, há situações que são irreparáveis em termos morais, em termos psíquicos e psicológicos e vamos todos contribuir, de facto, para que isto avance de uma vez por todas. Essa foi sempre a disposição do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Intervenho não como membro da Comissão Eventual nem como deputado dos círculos mais afectados pelo sismo, mas intervenho para avivar a memória de todos nós.

A Assembleia tem com frequência utilizado vários instrumentos e institutos, de votos de pesar, recordando efemérides, elogiando pessoas, lamentando a ausência e a morte de outras.

Acontece que em Janeiro deste ano fez 20 anos que houve o grande sismo da Terceira, S. Jorge e Graciosa.

Tudo o que está a acontecer agora, aconteceu em 80, vezes 10, nomeadamente os problemas jurídicos, os problemas de projectos, os problemas de empreiteiros. Há 20 anos a capacidade de resposta da Região era muito menor em termos de meios técnicos de quadros cá instalados, e em termos financeiros não havia a Europa para apoiar.

Adiantou o Sr. Deputado Fernando Menezes que o que está a ser feito, discordando do ser lento, vai ser apreciado como bem feito daqui a 30 anos.

Eu pergunto: com o distanciamento que temos de 20 anos do sismo de 80, e apesar das deficiências e dos erros que houve, qual é a apreciação que nós fazemos, com 20 anos de distância do processo de reconstrução das ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa?

Alguém se atreve aqui a dizer que foi um desastre, que foi mau?

Qual é a apreciação histórica?

Numa perspectiva histórica é altamente positiva, já que as grandes realizações os açorianos conseguiram fazer. Foi a primeira vez que em resposta a uma calamidade de uma catástrofe natural, os açorianos em vez de saírem e de emigrarem ficaram cá e levantaram as suas casas.

Penso que o erro e o pecado original foi - e peço desculpa ao Governo e nomeadamente ao Secretário que com isto não há nenhuma crítica pessoal - talvez um pecado de soberba. Foi numa apreciação, talvez ligeira, ter considerado que nada do que se fez em 80 devia ser aproveitado e o que nós pensamos é que se devia ter estudado em profundidade a experiência de 80, a resposta que foi encontrada em 80, corrigindo os desvios, corrigindo os defeitos e talvez muitos dos problemas que nós temos agora estariam resolvidos, porque a dimensão da catástrofe é infinitamente inferior àquela que houve há 20 anos.

O pecado original está na organização. Não era preciso um FAR nem um GAR, podiam pôr nomes completamente diferentes, mas arranjassem uma solução mais rápida e talvez mais eficiente, mais elástica com control, concordando com o control e talvez as respostas tivessem sido outras.

Dizia o Sr. Deputado Fernando Meneses que os problemas se vão agravando cada vez mais. Ai vão! E pelo esquema que montaram vão agravar-se muito mais e através dos próprios sinistrados, porque se todo este mecanismo que foi aqui feito está no sentido de empurrar os sinistrados para as empreitadas, em vez deles pela sua própria mão recuperarem as suas casas, com orientação e suporte técnico, sabem o que é que vai acontecer? Eu já disse aqui. Vão se pôr à porta da obra de braços cruzados como mais fiscais de obras do que os fiscais do Governo, dizendo que aquilo não está bem feito, levantando problemas à aceitação das casas e em vez de termos mobilizado, despertado os sinistrados, criando-lhes estímulos, incentivos e picando-os no seu brio para eles lançarem mãos à obra e recuperarem as suas casas com controle, com fiscalização e com apoio técnico, o que nós estamos a fazer é pôr uma série de pessoas que, perante as dificuldades burocráticas cruzam os braços e que vão cada vez mais e à medida que as casas se vão concluindo - talvez depois de concluídas fiquem satisfeitos e se esqueçam do que é que aconteceu até aí - cada vez mais vão criar dificuldades ao Governo e este processo vai ser, com certeza, um processo muito mais lento do que foi o processo de 80, nas condições que houve em 80 e tendo a atenção a sua dimensão.

Já uma vez o Sr. Secretário disse aqui - e eu respeito - com toda a clareza: "o vosso modelo foi esse, o nosso é este". Estão no vosso pleno direito, mas também estamos no nosso pleno direito de criticar o modelo, de ter apontado os defeitos com a experiência que já tínhamos daquilo que tinha acontecido. Alertámos aqui várias vezes qual seria a consequência da aplicação deste modelo e, por consequência, também temos o direito agora de apontar essas deficiências e o Governo tem o dever de assumir a responsabilidade por aquilo e pelo modelo que definiu.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dar alguns esclarecimentos e fazer algumas observações acerca das intervenções que eu ouvi aqui.

O processo da reconstrução, que já tem sido largamente debatido nesta Casa e também na Comissão Eventual de Acompanhamento do Sismo, tem estado mais ou menos sossegado nas conversas parlamentares, e eu penso que inteligentemente, pelo facto de haver obras feitas.

Naturalmente que sob o ponto de vista do Governo, e isso já foi dito uma vez pelo Sr. Presidente do Governo, se nós executámos aquilo que a Assembleia Legislativa Regional aprovou em 1999, essa é alguma satisfação de quem tem um compromisso aqui nesta Assembleia e acaba por chegar ao final do ano com essa execução feita nos moldes devidos.

Claro que isso para nós significa também o número de casos respondidos e naturalmente também problemas resolvidos.

Toda a gente sabe que eu fui sempre avesso a comparações entre este modelo e o modelo da Terceira, porque nós podemos relativizar o modelo da Terceira, dizendo que foi mais casos, mas também é preciso notar que o parque habitacional do Faial ficou 70% destruído e isto significa concretamente o esforço de investimento e de maquinaria, pessoal e de empreiteiros é também um esforço à dimensão dum parque 70% danificado o que não é pouca coisa. A Terceira tinha mais casas, teve mais casos, mas naturalmente o esforço de 70% de danos aqui é o esforço que deve ser analisado pela ilha e sem comparações com o passado.

De qualquer modo nós não entendemos que o modelo da Terceira e do Faial seja radicalmente diferente. Eu já uma vez tive oportunidade de explicar isso. O que aconteceu na Terceira foi que as pessoas auto-reconstruíram as suas casas com base em materiais que lhes foram fornecidos. O que acontece no Faial é que as pessoas têm duas possibilidades, de acordo com o Decreto Legislativo Regional

que foi aprovado aqui, ou auto-reconstruam as suas casas através de participações financeiras dadas pelo Governo Regional, e essa faz parte de iniciativa privada, ou endossa ao Governo Regional, porque não tem capacidade, sob o ponto de vista de empreitadas, porque naturalmente esse também é um direito que lhe assiste, de acordo com a legislação que todos os Srs. Deputados aprovaram nesta Assembleia.

Gostaria de dizer que este sistema misto é até, sob o ponto de vista de modelo, mais completo. Aliás, dá a possibilidade à iniciativa privada e dá possibilidades dos empreiteiros também, através de empreitadas que são lançadas pelo Governo, poderem responder aos casos das pequenas reparações, das reabilitações e agora no ano 2000, com os projectos em conclusão, com o regime de empreitadas. É assim a nossa metodologia.

Agora há uma coisa que eu não tenho dúvidas, é que pela dimensão e por esta metodologia este processo é mais acompanhado e mais fiscalizado do que foi na Terceira. Disso eu não tenho dúvidas. Nem é melhor nem pior, é mais fiscalizado, há mais cuidados com a questão do ordenamento e, de resto, em termos de avaliação final, a minha questão tem naturalmente a ver com os prazos que nós atribuímos para este projecto, mas tem sobretudo a ver com uma coisa que se há-de ver um dia que é a questão de se algum dia aparecer algum sismo saber se a intervenção foi efectivamente mais correcta, porque naturalmente é isso que está em causa e a história tem-nos demonstrado que tem havido investimento nos Açores, nomeadamente em 1973 que foram feitos no Pico e no Faial de casas que foram atamancadas e que sem uma fiscalização adequada elas acabaram por ter problemas agora. É isso que nós não queremos deste processo.

Oxalá que essa comparação futura nunca seja feita nas duas ilhas tendo em conta esse factor. O factor de segurança é o factor que está em causa aqui em primeiro lugar e o factor de planeamento está intimamente associado ao factor de segurança, mas há outras situações que impendem sobre os projectistas tais como a qualidade arquitectónica, o enquadramento das casas em relação a novas

urbanizações dentro das freguesias. Tudo isso está em cima da mesa, mas está também em franco desenvolvimento.

Nós quando já lançámos empreitadas de novas construções, quer no Faial quer no Pico, isso significa que já houve um trabalho de planeamento, de articulação com as câmaras municipais para que o desenvolvimento daquilo que está plasmado no Decreto Legislativo Regional corresponda exactamente à nossa filosofia de articulação e até de cumprimento desse Decreto Legislativo Regional.

Portanto, a nossa visão e a nossa marcha dos acontecimentos é agora discutir as novas construções, porque em matéria de pequena reparação e de reabilitação nós temos um grande trabalho já feito e temos a maioria dos casos resolvidos em muitas das nossas freguesias, porque em matéria de pequena reparação e de reabilitação nós temos um grande trabalho já feito e temos a maioria dos casos resolvidos em muitas das nossas freguesias.

As novas construções são efectivamente a parte substantiva do investimento a partir de agora, quer em termos do Pico quer em termos do Faial uma vez que no caso de S. Jorge essa matéria para nós está resolvida-.

É, portanto, com satisfação que eu digo que nós a partir de agora começamos a analisar e a discutir aqui e na Comissão Eventual as novas construções e já não, como há pouco tempo, o pré-fabricado se chega ou não chega, se dá ou não dá, se a pequena reparação chega ou não chega, se a reabilitação começa ou não começa, se há ou não empreiteiros, se há ou não legislação a funcionar. Nós estamos a falar, meus senhores, no ano 2000 nas novas construções. São 800 no Faial e são 207 no Pico. É disso que nós estamos a falar a partir de agora no ano 2000. É fundamentalmente disso uma vez que os outros problemas estão em vias de resolução e estão muito adiantados.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação:

Com toda a sinceridade faço votos que esta seja a última vez que ouço o Sr. Secretário dizer nesta Assembleia que é agora que vamos avançar com a construção de novas habitações. Já ouvi várias vezes e há bastantes meses atrás essas mesmas afirmações. Sinceramente fazemos votos que esta seja a última vez que ouvimos da sua boca proferir estas afirmações.

Alguns esclarecimentos, Sr. Secretário:

Primeiro, 1973 que é trazido aqui várias à colação. 1973 é uma situação que, de facto, não serve de exemplo a ninguém. Nunca viu ninguém do PSD defender a situação da reconstrução de 1973. Lembremos, em 1973 ainda não vivíamos em autonomia, vivíamos com governadores civis, vivíamos com o Ministro da Obras Públicas com o sistema das obras públicas centralizado. Sabemos bem como é que a reconstrução de 73 foi feita. E, de facto, um exemplo que não deve ser seguido, mas nunca aqui foi falado que 73 tinha sido um bom exemplo.

Portanto, é bom que fique claro, e não confundamos, que 1973 é um processo que nada tem a ver com o processo autonómico.

Uma outra questão, Sr. Secretário Regional, que se falou e tem a ver com a situação da Terceira. Como disse o meu colega António Meneses, está feito, está bem feito e teve problemas. É verdade que os teve mas felizmente julgo que foi uma situação exemplar.

Diz o Sr. Secretário que no Faial foi 70% das habitações que foram destruídas, eu não sei mas é possível que o número ande à volta disso, mas já agora queria referir-lhe uma situação.

Embora no Faial, na cidade haja muitas casa destruídas no seu interior, a Terceira viu a sua cidade, o seu centro comercial e administrativo destruído. Felizmente que na ilha do Faial, na cidade da Horta os estabelecimentos comerciais, salvo raras excepções, o comércio, as autarquias, as dependências do Governo, felizmente isso não foi afectado. A vida administrativa, comercial no dia a seguir estava normalizada na cidade da Horta. Em Angra não foi nada disso, o Sr. Secretário, salvo erro, vivia lá e eu também lá estava e acompanhei

também as grandes dificuldades que houve só para normalizar o comércio, as alterações dos departamentos administrativos, etc., etc...

Portanto, há aqui todo um processo que não vale a pena minimizar na Terceira em comparação com o Faial.

Diz-me o Sr. Secretário que é preciso que as coisas levem tempo, porque há a qualidade arquitectónica. Ó Sr. Secretário Regional, qual é a cidade que temos que é património mundial nesta Região? Em que ano é que foi classificada como património mundial? Não foi justamente durante o período de reconstrução? Que melhor exemplo quer da preocupação que houve das entidades responsáveis para manter a qualidade arquitectónica? Sr. Secretário Regional, eu julgo que não há melhor exemplo para demonstrar a preocupação que houve na manutenção da qualidade arquitectónica da recuperação de Angra do Heroísmo.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Recordo-me eu, quando lá estava, que não se falava noutra coisa senão na traça e dizia-se: "é preciso manter a traça".

O Sr. Secretário acha que Angra foi recuperada e não tem condições de segurança. Angra não está recuperada hoje em condições de salubridade, segurança e condições de habitabilidade? Olhe, eu penso que está.

Deputado Fernando Meneses (PS): O que é que isso tem agora a ver com esta situação? Eu não estou a perceber nada.

O Orador: Tem a ver, porque o Sr. Secretário veio dizer que não se viesse falar da Terceira, que o Faial tinha sido 70% afectado, que era preciso manter a qualidade arquitectónica e que era preciso ter cuidado com o ordenamento territorial, em comparação com a ilha Terceira, como se na ilha Terceira a qualidade arquitectónica e o ordenamento do território não tivessem sido uma preocupação. Portanto, Sr. Deputado Fernando Meneses, foi por isso que eu aqui trago essas situações.

Mais:

O Sr. Secretário diz que há uma preocupação de ordenamento, óptimo. Agora, Sr. Secretário Regional o primeiro exemplo que há aqui na ilha do Faial numa situação que estava para avançar, nomeadamente o caso de Pedro Miguel, é uma

situação que não é um bom exemplo que veio a acontecer e, felizmente, que o processo desencadeado pelas populações de Pedro Miguel levou a que houvesse reuniões em todas as outras freguesias afectadas e onde podessem ser discutidos os assuntos e que muitos deles, segundo é público, houve ou vai haver alterações.

Finalmente diz o Sr. Secretário Regional: - e ao fim e ao cabo é a teoria que o Sr. Presidente do Governo avançou há uns meses - "estamos a cumprir, porque vamos dispendir as verbas que esta Assembleia aprovou". Sr. Secretário, é preciso esclarecer que esta Assembleia aprovou as verbas que o Governo propôs.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Achou bem!

O Orador: Significa isto, Sr. Secretário, que o Sr. continua a dizer, ou está subjacente à sua afirmação, de que vão cumprir o prazo que estipularam e que, ao fim e ao cabo, o processo está normal, porque até previram uma determinada verba e estão a gastá-la. Será que havia mais projectos para serem apoiados se houvesse mais dinheiro? Era uma pergunta que gostava, efectivamente, de ver esclarecida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate sobre esta matéria já vai longo e não era minha intenção intervir, entretanto esta matéria que nos tem interessado desde há muito acabam por apaixonar e acabo por entender ser meu dever fazer algumas considerações e colocar um questão concreta ao Sr. Secretário Regional.

O Sr. Secretário Regional agora diz que vamos avançar com as novas construções. Vamos aguardar, verificar e ver, efectivamente, se se toma a dinâmica que é necessária, porque eu meu entender é necessário aumentar muito a velocidade de construção, aumentar muito o alojamento definitivo das pessoas. É uma realidade e basta sair um pouco por aí para se verificar que esse é o desejo das pessoas.

No entanto, há dois ou três meses coloquei ao Sr. Secretário, na Comissão, uma questão de pagamentos que me foi respondido e a ideia que o Sr. Secretário me deu, é que os compromissos assumidos estavam todos a par e passo. Afinal, salvo erro, ontem, e segundo me informaram hoje, o Sr. Secretário, com alguma pompa e circunstância, está a fazer a entrega a alguns sinistrados daquilo que eles efectivamente têm direito.

Também há um ano, aproximadamente, se falou bastante dos gabinetes de projectistas e do trabalho deles.

Em relação a esta matéria queria fazer uma pergunta muito concreta.

Todos nós sabemos que esses gabinetes de projectistas há um ano que estão a trabalhar, têm trabalho adiantado e a questão que eu colocava era em relação a esses gabinetes se os pagamentos dos serviços prestados também estão a par e passo, se também estão actualizados em função dos trabalhos apresentados e em termos razoáveis em função daquilo que sabemos que é o funcionamento da Administração Pública?

A outra pergunta é em relação a todos os restantes trabalhos, a todas as restantes atribuições de apoios, se efectivamente existe uma actualização de pagamentos? É esta a nossa pergunta concreta e gostaríamos de ter uma resposta absolutamente concreta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Eugénio Leal, com muita sinceridade, que ele não carregou nenhum contributo importante depois daquilo que eu disse, porque, de facto, eu não disse que a Terceira não tinha qualidade arquitectónica, disse que nós estávamos a trabalhar num processo no Faial em que tínhamos essa preocupação. Portanto, uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Como disse que estávamos a trabalhar com base num Decreto Legislativo Regional que atendia e entendia a segurança como um factor, portanto, também

não disse que a Terceira não tinha casas seguras. Portanto, não sei por que é que quis confundir isso.

De resto, quando se fala na Terceira, eu gosto sempre de lembrar que, de facto, fui sinistrado e tive dois anos e meio à espera que o meu pai tivesse a casa reconstruída. Portanto, esses processospondendo um pouco mais directamente ao Sr. Deputado Paulo Valadão, efectivamente queria esclarecer duas coisas: Em primeiro lugar, eu não andei a distribuir cheques,...Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): E a televisão estava lá! O Orador: ...o que aconteceu nestas visitas que eu fiz a obra feita foi uma pessoa, de facto, que tinha um pagamento para receber em Novembro e como houve fecho de contas, entretanto recebeu agora, efectivamente passado pouco mais de um mês. Isso nem sequer nós consideramos atradelo que nós temos instalado e, naturalmente, de acordo com dinheiro disponível.

É exactamente uma função importante e nós sempre dissemos aqui que o processo de faseamento da reconstrução e a proposta que trazemos aqui sempre, em relação ao ano seguinte, é a nossa estimativa do nosso planeamento. É assim que se faz um plano e também dissemos que estávamos disponíveis para rectificar ou reforçar, como chegámos a propor aqui no final do ano uma transferência de verbas para acudir a situações de pagamento.

Respondendo um pouco mais directamente ao Sr. Deputado Paulo Valadão, efectivamente queria esclarecer duas coisas:

Em primeiro lugar, eu não andei a distribuir cheques,...

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): E a televisão estava lá!

O Orador: ...o que aconteceu nestas visitas que eu fiz a obra feita foi uma pessoa, de facto, que tinha um pagamento para receber em Novembro e como houve fecho de contas, entretanto recebeu agora, efectivamente passado pouco mais de um mês. Isso nem sequer nós consideramos atraso. Foi só uma pessoa. Não se tratou de nada disso e podia-se tomar a nuvem pelo juno, como habitualmente ou às vezes se quer fazer crer.

Em segundo lugar, e em relação aos gabinetes dos projectistas, efectivamente nós temos um contrato com gabinetes de projectistas para 1999. A avaliação que

fazemos desse contrato é uma avaliação que vai permitir a decisão de renovar ou não o contrato para o ano 2000, mas não é, nem nunca foi por atrasos de pagamento, que nesta matéria as situações podiam ser encravadas ou paradas.

Qualquer diferendo com algum gabinete projectista que se venha a pôr ou que até já esteja instalado é resolvido desta maneira: temos um determinado contrato para 99, consideramos que as situações estão cumpridas ou não consideramos. Se consideramos, e há matéria para a renovação do contrato, ele é renovado, se não consideramos nós consultamos com toda a liberdade que a legislação nos permite outros gabinetes de projectistas, porque efectivamente consideramos que esse gabinete não servia os nossos objectivos.

Esta é a nossa política de clareza com cada um dos gabinetes, que sabe efectivamente o que é que nós contratualizámos e aquilo que tem que cumprir. Se cumprem muito bem. Se não cumprem a administração regional tem toda a liberdade para poder escolher outros gabinetes que, felizmente, existem, quer na Região Autónoma dos Açores quer no Continente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dá-me a impressão que entrei numa matéria que desconhecia e que fiquei a conhecer ainda menos.

O Sr. Secretário alude a diferendos que eu desconhecia quando coloquei o problema. Se os há é para mim mais uma novidade que vem”à colação que não fui eu que a trouxe, foi o Sr. Secretário.

De qualquer maneira gostaria, porque são matérias que considero importantes, de saber e que ficasse claro se esses diferendos que o Sr. Secretário alude, se é por desentendimento em termos financeiros, em termos orçamentais, em termos de pagamentos ou se são diferendos em termos técnicos? Para que isto fique claro e uma vez que levantei o problema, gostaria de ser esclarecido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Srs. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Em relação a essa situação, há efectivamente um gabinete de projectista que tem levantado algumas dúvidas perante aquilo que nós considerávamos que estava contratualizado no ano 1999. Como nós temos uma posição contrária à alegação de gabinete, vamos tomar a posição determinada de pura e simplesmente passar essa matéria para contencioso e rescindir o contrato com esse gabinete no ano 2000 e já estamos em fase de consulta para que o trabalho não pare.

É assim que nós fazemos quando chega à hora de decidir, porque é para isso que nós estamos aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos agora interromper os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 18.00 horas)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos e peço aos Srs. Deputados que façam o favor de ocuparem os vossos lugares.

(Eram 18 horas e 40 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Trazer a esta Assembleia os assuntos que, em nossa opinião, se revistam de relevante interesse para a Região, é tarefa que sempre nos tem preocupado e ocupado, não só por ser nossa obrigação, mas também porque assim, fazemos justiça quanto às realizações levadas a cabo pelos diversos departamentos governamentais, quando é caso disso, ou noutra contexto, dando voz aos superiores interesses e reivindicações das populações que nesta Casa representamos.

É pois, nesta consonância, que hoje nos apraz registar a conclusão dos trabalhos da nova cobertura da Igreja e Convento de S. Pedro de Alcântara, do Cais do Pico, Vila de São Roque do Pico.

Edifício único pelo seu valor arquitectónico e patrimonial, da ilha e da Região, que encerra nas suas vetustas paredes dois séculos da história sócio-cultural e religiosa, das gentes da parte norte da ilha do Pico. Obra há muito reclamada e reivindicada por todas as forças vivas do concelho e da ilha, encontra agora finalmente o bom caminho para a sua reutilização digna ao serviço da comunidade.

A Igreja de S. Pedro de Alcântara, foi muitos anos Curato da Matriz de S. Roque e foi complemento sacro-religioso da comunidade franciscana que construiu e deu vida monástica e educacional ao Convento Franciscano.

Por essa altura os Paços do Município de S. Roque, que desde a criação do mesmo em 1542, abrangia toda a parte norte da ilha e fronteira desde a Paróquia da Senhora da Ajuda - Prainha do Norte até à Paróquia de S. Mateus, ficariam então sediados na zona da Matriz, na área rural da freguesia e Vila de S. Roque. Em 1835 foram transferidos para este Convento, juntamente com as restantes Repartições Públicas e Tribunal da Comarca da Ilha, onde se mantiveram até Novembro de 1973, quando se deu o violento sismo daquele ano, na ilha do Pico. Depois de passarem pelas instalações provisórias da antiga Alfândega, os Paços do Concelho fixam-se definitivamente, em 10 de Novembro de 1984, no Edifício polivalente das repartições públicas, que passou a albergar os serviços de âmbito concelhio do Ministério das Finanças, Câmara Municipal, Segurança Social, Registo e Notariado, Conservatória do Registo Predial, Caixa Geral de Depósitos e Tribunal da Comarca da ilha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Depois das obras de restauro, a que nos já referimos e que contaram também com a ajuda do Município, quanto a janelas e arranjos interiores, no passado dia 2 de Janeiro, a Igreja Franciscana de S. Pedro de Alcântara, com o brilho e dignidade que o acto requeria, voltou a abrir as suas portas ao culto. A anteceder a solene concelebração religiosa, a orquestra do Conservatório Regional da

Horta deleitou com um memorável concerto de música clássica, os inúmeros fieis que encheram por completo aquele esplendoroso templo. Foi uma tarde de cultura e religiosidade inesquecível e que calou fundo no coração do povo cristão da Vila de S. Roque do Pico.

Ao dinâmico Padre Ouvidor José Idalmiro Ferreira, à Câmara Municipal e ao Governo Regional aqui expressamos a gratidão do povo de S. Roque.

Quanto ao Convento, Senhoras e Senhores Deputados, esperamos agora que as obras da 2ª fase, relativas à recuperação e adaptação a Residência de Artistas e para a eventual instalação concelhia da Rede Regional de Leitura Pública, mas, conforme constam do Plano Regional para o corrente ano, estamos certos de que, em devido tempo, também terão execução.

Como já o afirmámos nesta Assembleia e nunca será demais frisá-lo, não era esta a utilização que ao, longo dos anos e como Vereador de S. Roque, preconizámos para aquele Convento, mas sim a sua adaptação a Pousada Turística integrada na rede ENATUR, tal qual acontece com o Convento de Cristo em Tomar ou com o Convento de Palmela. Assim não o quiseram os membros do P.S.D. da última vereação municipal de S. Roque e, ao fim de tantos anos, cerca de 15 anos, depois de a D.R.A.C. ter conseguido o anteprojecto que, como tal, poderia ser sujeito a alterações, e de se ter também o parecer do departamento governamental do Turismo, veio a ficar tudo novamente sem efeito, com tão infeliz decisão camarária. Aqui deixo o meu desabafo, pois que, sobre este assunto, nada mais resta fazer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais duas breves notas:

1ª - Congratulamo-nos com o acordo celebrado em 10 de Dezembro último, entre a Secretaria da Educação e Assuntos Sociais e a Comissão Administrativa da Paróquia das Lajes do Pico, que atribui a esta Comissão a verba de 12 000 contos para o restauro da Casa dos Terceiros e conclusão do restauro da Igreja de S. Francisco nas Lajes do Pico, ao contrário do comentário recentemente inserido no jornal "O Dever", clamando pela resolução deste assunto, quando

afinal o Governo já o tinha solucionado. Aliás estamos em crer que este comentário, só terá sido feito por mero desconhecimento.

2ª - Para colmatar a saída, a seu pedido, do anterior Director Dr. Francisco Medeiros, a quem expressamos o nosso louvor pelo trabalho que desenvolveu, por despacho do Secretário da Educação e Assuntos Sociais, iniciou funções no passado dia 3 de Janeiro, como Director do Museu do Pico, o Dr. Manuel Francisco Costa Jr. que terá a seu cargo o Museu dos Baleeiros das Lajes, Museu da Indústria Baleeira de S. Roque e Museu do Vinho da Madalena.

Os Lajenses e os Picarotos que o conhecem muito esperam da sua inteligência, empenho, competência e criatividade.

Saudamos desta Tribuna o Amigo, o Professor e o Homem de Cultura, augurando-lhe um excelente desempenho nestas novas funções e arriscamos convictamente que, nesta época de necessária revitalização e com a prevista ampliação do Museu dos Baleeiros e implementação da 2ª fase do Museu do Vinho, não temos qualquer dúvida que o Dr. Manuel Francisco Costa, neste cargo e, como o referiu também o jornal "O Dever", é o Homem certo no lugar certo, tal qual como também assim o dizia o jornal o "Dever".

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e alguns Deputados do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pretendo, desta tribuna, dirigir-me ao Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas para mais uma vez solicitar-lhe o seu maior empenho na resolução dos problemas que afectam os pescadores da ilha São Jorge.

De facto, e apesar das minhas inúmeras insistências junto de V. Exa, permanecem os problemas de sempre no porto do Topo.

Os pescadores continuam a ter de arriscar a segurança das suas embarcações, e algumas vezes mesmo a sua própria vida, para efectuarem as operações de varagem com o guindaste daquele porto.

Já aconteceram demasiados acidentes, alguns deles quase mortais e outros com consequências graves nas próprias embarcações, devido à falta de manutenção e ainda pela ausência de alguém responsável pelo equipamento deste porto.

É, aliás, absolutamente necessário prestar maior atenção aos problemas de manutenção dos guindastes dos portos de toda a ilha.

O da Fajã de São João, por exemplo também está nesta situação. Afinal, quem faz a sua manutenção?! E mais: Quem é o rosto politicamente responsável pelos portos em São Jorge?! Os pescadores querem saber a quem se devem dirigir e não o conseguem, porque são empurrados de um lado para o outro. Estou seguro que quando a pressão dos pescadores for exercida junto do verdadeiro responsável por esta situação, o assunto acaba por se resolver. Senhor Secretário Regional Constatamos que os pescadores de São Jorge precisam de ser mais apoiados. No Topo, por exemplo, a actividade piscatória teria outra dimensão se as condições do porto fossem melhoradas ou alteradas, conforme é o desejo e a necessidade das pessoas. As actuais condições do porto do Topo reduzem as potencialidades daquela antiga Vila e condicionam o desenvolvimento de toda a zona. Senhor Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Topo precisa de um porto em condições para se desenvolver. Aliás, o Concelho da Canhota parece condenado ao estrangulamento pela falta de bons portos. E o porto da Fajã dos Vimes, que consta permanentemente dos Planos do Governo?! Afinal, alguém nesta Assembleia me sabe explicar o que representa a acção no Plano para 2000 designada por „Estruturas Portuárias (Portos do Norte Grande, do Topo e da Fajã dos Vimes), dotada com apenas 2.500 contos? E o que representou a mesma acção em anos anteriores? Nós queríamos saber o que pensa o Governo deste e de outros portos de pesca que, de momento, se encontram mais ou menos abandonados em São Jorge. São necessárias, insisto, obras de beneficiação nos portos de toda a ilha. A Fajã dos Vimes precisa também de um porto de pescas. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do

Governo: Não posso deixar passar esta oportunidade sem lhe dizer, senhor Secretário, que não vejo razão nenhuma, nem financeira nem qualquer outra, para permitir o que está a acontecer com as muralhas de protecção na orla marítima junto aos portos da Fajã de São João, do Topo, e da Calheta. Estão a ser diariamente destruídas pelo mar e ninguém toma as medidas necessárias para as consolidar. Isto não pode acontecer. São necessárias medidas imediatas, até porque não envolvem obras de grande monta. Tenho enviado muitas cartas a V. Exa sobre estes assuntos e acredito que não vai deixar passar em claro esta preocupação. Vamos ver. Gostava, por último, de deixar um pedido ao Governo Regional. A zona do Topo ainda não está coberta com rede de telemóveis, não se prevendo para breve este investimento por parte de qualquer um dos operadores de rede móvel. Julgo, por isso, que o Governo Regional poderia e deveria incentivar os operadores a fazerem a cobertura daquela zona ainda este ano, prestando o apoio necessário para esse efeito. A população ficar-lhe-ia muito grata. É um pedido - e apenas isso - que aqui fica. Disse. **Voices da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!** *(Aplausos da bancada do PSD)* **Presidente:** Ainda tinha mais uma inscrição para uma intervenção, mas como já atingimos as 19,00 horas já não dá tempo. Por isso vamos passar de imediato ao **Período da Ordem do Dia**. Temos como primeiro ponto uma **Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional as diligências necessárias para o escoamento de gado vivo da Ilha do Corvo com mais periodicidade, celeridade e comodidade**. Para apresentar a proposta tem a palavra o Sr. Deputado João Greves. **Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Esta Proposta de Resolução que visa recomendar ao Governo a promoção das diligências necessárias para o escoamento de gado vivo da ilha do Corvo que tive a honra de subscrever com os meus colegas de bancada, constitui, se for aprovada por este Plenário, como espero, o nascer de uma nova era para os corvinos. O estrangulamento económico-social que a actual situação proporciona não pode continuar. Imaginem os senhores deputados se sujeitassem as vossas famílias a viverem com salários pagos apenas duas vezes por ano. É esta a realidade nua e

crua que vive a maior parte das famílias corvinas, cuja fonte de rendimento se circunscreve à actividade da agropecuária e cujo produto da venda de animais vivos, só é possível obter-se de 6 em 6 meses porque não há transportes adequados com maior regularidade. O que se propõe, nesta Recomendação, quanto à regularidade de escoamento de gado vivo, é a passagem realista do escoamento do gado bienual para trimestral. Constitui uma melhoria que não sendo a ideal, é, no entanto, uma meta possível. Propõe-se também, nesta Proposta, que o transporte de gado directamente do Porto da Casa para o porto de destino se efectue, com o menor número de escalas intermédias, evitando-se assim, sofrimento e perda de peso nos animais, aliás tal medida enquadra-se nas normas vigentes de protecção dos animais. Propõe-se, nesta Proposta de Recomendação, facultar aos lavradores corvinos a oportunidade de terem acesso directo a compradores de gado bovino proporcionando-lhes a possibilidade de efectuarem negócios com preços mais vantajosos do que os actuais. Propõe-se, ainda nesta recomendação, proporcionar aos corvinos os meios que lhes permitam sentirem-se com tratamento igual ao dos lavradores das restantes ilhas açorianas. Não se pede, com esta Proposta de Resolução, nenhum tratamento especial para a ilha do Corvo, pois os corvinos nunca se recusaram nem se recusarão a pagar o transporte de produtos, quer importados quer exportados, em condições idênticas ao resto da Região. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Chegou a hora do Governo olhar para a ilha do Corvo e para os corvinos com a determinação de resolver todos os problemas que constroem ou bloqueiam o seu desenvolvimento e atrofiam o seu futuro. Para ser razoável e justo não afirmarei aqui que nada tenha sido feito, mas cá estarei para, sem desfalecimento, alertar o Governo, com empenho, para que o Corvo não seja esquecido e para que os corvinos tenham acesso aos benefícios que os Açorianos de outras ilhas já possuem. Esta Proposta, repito-o, pela última vez, representa mais uma etapa na escalada do progresso do povo da ilha do Corvo. **Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Muito bem!** **Presidente:** Está à discussão esta Proposta de Resolução. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente. **Secretário Regional da Agricultura,**

Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: A Proposta de Resolução em discussão e apresentada pelo CDS/PP, da forma como foi apresentada pretende incidir sobre dois aspectos que, aliás, vêm retratados nos adjectivos que são empregues no texto da Proposta de Resolução, nomeadamente maior periodicidade no escoamento de gado e maior comodidade nesse mesmo escoamento. Eu começaria por falar da questão da periodicidade. Como os Srs. Deputados conhecem o Corvo e conhecem o sistema de produção do Corvo ou o sistema de produção de gado nas nossas ilhas, sabem que os nossos lavradores, independentemente de qualquer ilha, costumam exportar o gado quando ele está em boas condições físicas, ou seja, pelo ciclo natural de crescimento das nossas pastagens ele teve depois de um Inverno condições de repôr o peso, daí que essa seja uma decisão privada. Muitos casos fruto duma história centenária duma aprendizagem e também do conhecimento dos mercados, os corvinos decidiram, por exemplo, neste ano que o gado seria exportado por duas vezes. Fizeram de livre vontade e no exercício dos seus plenos direitos da iniciativa privada. Portanto, do ponto de vista da periodicidade, essa é uma decisão que compete aos corvinos e aos criadores de gado. Se eles quiserem decidir em contrário também o podem fazer, dado que todos os dias nas Flores, por onde escoam o seu gado, existem dois barcos neste momento que são dois barcos da Mutualista e da Transinsular. Ainda esta semana tive a falar para as Flores e os florentinos estão a exportar gado e vão continuar a exportar durante o ano. Esta é uma decisão que não compete ao Governo, aliás, penso que, e olhando para os preços que se conseguiram este ano nos leilões, a decisão no que respeita a este ano foi uma boa decisão. Os preços conseguidos no leilão foram superiores às bases de licitação, conseguiram-se bons preços para o gado do Corvo e isso também tem a ver com o método de leilões ser melhor para quem vende o gado levá-lo em lotes, que sejam lotes de alguma dimensão. Portanto, são decisões do foro da iniciativa privada, digamos assim. Não penso que aqui haja, no que respeita à actividade do Governo, a não ser que se defenda uma estatização ou uma interferência directa deste negócio que penso que da parte do PP não haverá,

pela filosofia política do partido, entendimento, pelo nosso lado, desta recomendação ao Governo de maior periodicidade dado que este tipo de decisão não é do foro das decisões governamentais. Depois no que respeita à comodidade e a comodidade tem a ver com o método de transporte do gado do Corvo para as Flores fundamentalmente, dado que a partir das Flores o método é o mesmo utilizado em todas as ilhas, ou seja, o gado é transportado contentorizado. A maior comodidade aqui derivaria, eventualmente, dum acomodamento contentorizado do gado. É preciso dizer que as condições técnicas existentes, neste momento, quanto aos tipos de embarcações que operam no Corvo não o permitem fazer, mas o Governo Regional tomou uma decisão e neste momento há um protocolo a ser celebrado, que não é do âmbito da Secretaria da Agricultura e Pescas, mas do âmbito da Secretaria da Economia, entre os operadores no sentido de construir uma nova embarcação que permita melhorar as condições do tráfego, não só para o gado, mas para todas as mercadorias entre o Corvo e as Flores. Desse ponto de vista o Governo já tomou uma decisão e está em plena fase de execução, o que quer dizer que, desse ponto de vista, a recomendação é uma recomendação à posteriori, porque o Governo já tomou a medida. Também gostaria de frisar que os argumentos aqui utilizados têm a ver com as condições de igualdade. A tarifa, no que respeita ao transporte, é uma tarifa única e os corvinos, não só para estas mercadorias, mas para outras, beneficiam dum regime em que ao custo de transporte dessas mercadorias é suportado pela Secretaria Regional da Economia. Portanto, neste caso estamos numa situação que não compreendo qual é a argumentação do Partido Popular. Por último há aqui na intervenção um argumento novo que é o argumento de acesso directo aos compradores. Sinceramente não percebi o que é que o Governo tem a ver com o acesso directo aos compradores. Essa é também uma decisão do foro da iniciativa privada. Disto isto, queria ainda dizer algo que já disse em conversas aqui com os Srs. Deputados e que penso que tem a ver com o futuro da exportação de gado, não só no Corvo, nas nossas ilhas, mas no Corvo e nas Flores em particular. Felizmente as Flores tem um matadouro que está construído e que espero que em breve esteja a operar na sua totalidade

depois de passado os testes e depois de treinado integralmente o pessoal.No caso do Corvo existe uma casa de matança que neste momento penso que já houve um despacho autorizando a contratação de um técnico para trabalhar na casa de matança que, neste momento, apenas aguardará a concretização desse contrato e a formação desse técnico. Quero dizer que o Corvo também, desse ponto de vista, terá condições de abate para abastecimento local em melhores condições daquelas que existia.Mas, dizia eu que existe uma estrutura de abate nova nas Flores e essa estrutura de abate permitirá, a prazo, eventualmente, aos lavradores do Corvo como aos lavradores das Flores começarem a explorar outras oportunidades de negócios, mas aí também estamos no domínio da iniciativa privada. Corresponde ao Governo criar as condições estruturais para que essas decisões na iniciativa privada possam ser tomadas para que esses negócios possam florescer. Essas decisões do Governo estão tomadas, estão efectivadas e apenas há agora que trabalhar sobre elas.É o que me apraz dizer sobre esta proposta de resolução que recomenda ao Governo, fundamentalmente, intervenções, sendo nosso entendimento que a maior parte delas que estão aqui recomendadas não são do foro da acção do Governo e aquelas que são do foro do Governo, o Governo já as tomou.Portanto, deste ponto de vista não entendemos a eficácia desta Proposta de Resolução, antes pelo contrário, a não ser que nos esclareçam melhor. Pensamos que da forma como foi apresentada que não tem eficácia, porque não conduz a algo de novo neste processo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar uma proposta de recomendação que, no fundo, manifesta algumas preocupações em relação ao transporte e exportação de gado vindo da ilha do Corvo.

No entanto, se outro mérito não tivesse, e em nosso entender tem-no, pelo menos traria aqui a este plenário a possibilidade de analisarmos e discutirmos matéria que em relação a muitas das nossas ilhas, diria mesmo em relação a

todas as nossas ilhas, tem uma importância muito grande na economia, numa percentagem também muito grande de açorianos. Trata-se da produção e exportação de carne.

É evidente que o seu peso económico na ilha do Corvo é sem dúvida nenhuma superior a outra ilha, porque é a principal e quase que a única exportação da ilha do Corvo. Um pouco semelhante é a situação, por exemplo, na minha ilha, a ilha das Flores, onde a carne tem também um peso económico muito grande. Por isso mesmo entendemos que é uma matéria que tem de merecer o nosso cuidado, a nossa atenção e a nossa preocupação e temos que aliar a esta problemática uma outra que é o facto de, a nível de Comissão Europeia e Parlamento Europeu em 1999, ter estado sobre as mesas dos responsáveis europeus dois documentos que tinham por epígrafe "bem-estar animal". Felizmente para nós que aquele documento que esteve em cima das mesas dos Srs. Deputados do Parlamento Europeu foi adiado no tempo.

No entanto, estamos convencidos que, mais cedo ou mais tarde, essas matérias terão a sua orientação própria que farão parte do ordenamento jurídico europeu e para isso temos que estar todos preparados. É evidente que, quando aqui se fala no melhor acondicionamento e na celeridade do transporte de gado, é uma matéria que é discutida hoje a nível da Europa com muita insistência e com tendências para imprimir legislação que no futuro nos poderá causar alguns incómodos, para os quais entendemos que temos que estar preparados. Por isso mesmo, esta matéria é digna de análise, de aperfeiçoamento e é digna de discussão.

Um outro aspecto que, aliás, é trazido à colação pelo Sr. Secretário Regional, tem a ver com aquilo que tem sido a nossa tradição no capítulo da exportação de carne, essencialmente nas ilhas mais pequenas e as perspectivas de futuro que se põem hoje aos nossos produtores e à Região em relação à exportação.

Aliás, o Sr. Secretário também se refere ao matadouro das Flores que falta alguns aperfeiçoamentos de construção, mas que é um matadouro exemplar nesta Região e digno de qualquer terra da Europa. Esta é uma realidade sob o aspecto técnico, portanto, que tem condições de produzir com qualidade para o

consumo interno e para exportação. Aqui abre-se um campo que penso que todos nós, responsáveis políticos, temos que ter preocupação e atenção. Da parte do Governo penso que há algo a fazer no sentido de, de facto, se criarem as condições para que aquele matadouro possa ser devidamente aproveitado, possa ser utilizado de acordo com as suas potencialidades.

Estou convencido que se da parte dos responsáveis houver empenhamento, porque da parte da iniciativa privada já tivemos notícias de haver interesse, temos todas as possibilidades de que os bovinos produzidos nas ilhas do Corvo e das Flores possam, no futuro, vir a ser exportados, através da tecnologia que pode ser empregue no matadouro das Flores, para o Continente que é o nosso mercado habitual ou para qualquer parte da Europa. Isto é um manancial que eu entendo que nós temos que estar abertos a ele.

Eu próprio fui abordado já por diversas vezes por empresários interessados neste negócio e que se queixam do facto de não haver estruturas e eles próprios não terem qualquer incentivo para criar estruturas para poderem explorar este ramo de actividade, porque é evidente que com a nossa pequenez, completamente diferente daquilo que se passa em S. Miguel e na Terceira, não estará nenhum empresário interessado, por sua conta e risco, avançar para uma infraestrutura que possa, a seguir ao matadouro, fazer a tecnologia necessária para exportação de carnes.

Este é um aspecto que penso que aqui poderá haver, da parte da Região, algum apoio ou criarem-se condições para que hajam apoios no sentido de incentivar estes operadores, para poderem organizar as suas empresas em ilhas onde, de facto, a matéria prima pequena, mas mesmo nas ilhas onde a matéria prima é abundante todos nós sabemos que os grandes problemas que existiram, por exemplo, na Terceira em relação aos operadores que entraram no comércio da exportação de carnes desde há muito anos e não podemos comparar a capacidade de produção da Terceira e oferta existente naquela ilha com a que existe nas Flores e no Corvo.

Portanto, nós todos temos os nossos condicionalismos da nossa pequenez e temos que ser atendidos e a nossa situação tem que ser equacionada também atendendo à nossa pequenez.

Por outro lado ainda esta Região continua a ter o handicap em relação à exportação de carne que é o facto de não termos ainda possibilidade de colocá-la com a nossa certificação de qualidade e de origem.

É uma matéria que mais uma vez chamo a atenção para ela e que poderá ser também por esse lado ou poderá permitir um incentivo muito importante no sentido da exportação de carne em termos diferentes daquilo que é feito através de carcaça e criando-se condições para deixarmos de ter de continuar a viver como temos vivido no passado com tristes transportes que temos, nas péssimas condições que temos, com as demoras que temos e com todos os condicionalismos existentes.

Mais uma vez quero lembrar que aqui é colocado o problema do Corvo, cujos animais têm que ser deslocados do Corvo para as Flores, mas quero lembrar também esses e os das Flores que se juntam, têm tido, desde alguns anos a esta parte, viagens que são penosas para os animais, que são prejudiciais para os produtores e que não podem, se no futuro houver, de facto, por parte da Comunidade Europeia, a aprovação de regulamentos, de acordo com aquilo que tem sido analisado e discutido por estas entidades, não podem continuar a ser feitos como têm sido feitos desde sempre.

Termino como iniciei, se outro mérito não houvesse, esta Proposta de Resolução teve e terá de certeza o mérito de trazer aqui à discussão um assunto que interessa a muitos açorianos, um assunto que pesa muito na economia de muitas famílias desta Região e que por isso mesmo nós damos muita importância a estas matérias.

Esta Proposta de Resolução irá merecer o nosso voto favorável, porque, de facto, é importante discutirmos, analisarmos e procurarmos encontrar soluções para estes problemas que tanto interessam aos nossos produtores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. José Manuel Nunes.

José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos anos nesta Casa tenho-me vindo a debater por este assunto do escoamento do gado da Ilha do Corvo, mas principalmente pela sua colocação no Continente, ou seja, no mercado em Palmela.

Quer isto dizer que tem sido a forma de aperfeiçoar e de fazer a manutenção do parque de Palmela que precisava de alguns reparos.

No que diz respeito aqui à regularidade, não podemos dizer que não há regularidade de transportes para o Corvo como o Sr. Secretário diz. Temos transportes das Flores de 15 em 15 dias. Agora não convém aos produtores de gado da Ilha do Corvo que se faça muitas viagens durante o ano. Temos a experiência disso, porque normalmente na primeira exportação vão 150 animais e na segunda mais ou menos 100 e uma vez tivemos a experiência duma terceira viagem, que eu próprio até é que fui vender esse gado ao Continente, e nessa viagem levámos 30 e tal cabeças. Ora isto teve um custo muito acrescido, porque foram poucos animais, as despesas são quase as mesmas. Quer isto dizer que depois desta experiência nunca mais voltámos a repeti-la.

Portanto, penso que nessa questão da regularidade que o Sr. Deputado João Greves fala e muito bem, i que os corvinos recebem esse dinheiro de 6 em 6 meses, mas para salvaguardar esta questão seria, como o Sr. Secretário já falou e também o Sr. Deputado Paulo Valadão, colocar o nosso gado na ilha das Flores, fazer o abate no matadouro das Flores e depois fazer a exportação. Aí sim, teríamos bons preços mesmo no mercado regional e posteriormente no mercado continental e até, se calhar, para outros lados.

Portanto, é sempre uma questão de tempo e duma experiência e vamos a ver se neste ano vamos mais além. Se assim for, penso que ficamos todos bem servidos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Vamos começar do início para tratar este assunto.

O Sr. ontem afirmava que isto era uma proposta elaborada sobre o Joelho. Mesmo que fosse uma proposta elaborada sobre o Joelho, que não é o caso, V. Exa. ainda perdeu muito tempo para justificá-la e só que a justificação que V. Exa. dá, essa é que é dada em cima do Joelho.

Vejamos aqui pelo primeiro ponto, e foi pelo que o Sr. pegou, que é a prioridade.

Aqui o Sr. Secretário tenta novamente tapar o Sol com a peneira, porque o Sr. sabe perfeitamente que se houvesse mais prioridade ou melhor transporte entre as Flores e o Corvo, os corvinos nunca se reduziriam a duas exportações de gado e se hoje o fazem é porque não têm outra hipótese, porque há 20, 30 ou 50 anos atrás quando o encabeçamento era muito menos no Corvo, faziam-se 3 ou 4 exportações de gado. Quanto a isso já estamos mais que clarificados.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não há nenhuma sintonia quanto a isso.

O Orador: Há sim senhor. Há uma sintonia muito grande.

Quanto à explicação do Sr. Deputado José Manuel Nunes, também vou fazer a explicação que o Sr. quer.

Relativamente aos leilões no parque de Palmela estou de acordo com ele. Estou de acordo, porque naturalmente precisa-se de fazer duas exportações para o parque de Palmela, mas aí estamos a fazer o redutor ao comércio do gado no Corvo, porque se houver melhor transporte não nos faltam compradores para comprar o gado e aí já temos mais mercado a funcionar. Aí é que está o fundo da questão. Se houver um bom transporte e houver regularidade vão sair do Corvo...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Fernando Lopes): Vai ficar mal!

O Orador: Ninguém vai ficar mal. Aqui ninguém fica mal. Vai ficar mal quem não resolver o problema dos corvinos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Olhe que não!

O Orador: ... e é aqui que vamos tentar resolvê-los. Eu não estou aqui tentando pôr ninguém mal, mas sim a tentar resolver um problema que há muito já devia ter sido resolvido.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): O Sr. Deputado José Manuel já falou sobre isso.

O Orador: O Sr. Deputado José Manuel já falou e sabe muito bem o que é que disse e defendeu. Eu estou de acordo com aquilo que ele defende, que é haver dois embarques para o parque de Palmela. Aí estou de acordo, porque as despesas aumentam, mas se ficamos só cingidos ao mercado de Palmela a lavoura corvina está muito mal, Sr. Secretário, e aí é que o Sr. tentou tapar o sol com a peneira.

Quanto aos custos que o Sr. invoca aí, novamente o Sr. dá uma resposta muito derrapada, porque os corvinos pagam precisamente igual a qualquer cidadão deste Região, para que o seu gado ou qualquer outro produto que saia ou entre no Corvo. Os corvinos pagam precisamente igual, agora os Srs. numa política de publicidade dizem, não, o Governo está a suportar; não, Sr. Secretário, o Governo não está a suportar. Isto é a realidade nua e crua.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Está ou não está?

O Orador: Não está, Sr. Deputado. Está a suportar aquilo que não consegue pôr no Corvo, que é o transtorno da carga do Corvo ser posta no cais das Lajes e depois ter que ir para o Corvo. O Sr. queria que os corvinos ainda é que tivessem que pagar isso? Qual é a justiça deste Governo, Sr. Secretário? Não é nenhuma.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Pagam ou não pagam?

O Orador: Não pagam nada, pagam igual, Sr. Deputado. O Sr. não está ou não quer compreender. A realidade nua e crua é esta: Onde é que está a justiça disto? A resposta que o Sr. deu sobre os custos foi uma resposta esfarrapada e o Sr. não se esqueça que os corvinos estão pagando precisamente igual a qualquer um e depois tem o transtorno do seu gado ou das suas cargas ficarem no cais das Flores e é aí que o Governo vê-se obrigado a pagar.

Ainda tem mais uma coisa: O Sr. vai ter que explicar, até para que os açorianos percebem, como é que o seu dinheiro é administrado.

Sr. Secretário, se o problema tinha sido resolvido de início a gente, se calhar, nem estava com esta proposta hoje aqui, mas para tentar melhorar alguma coisa nos remendos mal deitados que V. Exas. muitas vezes põem, chegou-se a este quadro, porque aquilo que os açorianos hoje estão pagando e, segundo o que os Srs. dizem, estão investindo cerca de 100 mil contos entre as Flores e o Corvo. Para fazer estas contas não é preciso sermos matemáticos, basta um segunda classe, não precisa mais do que isso. Atendendo a esses números e se fizermos as contas a 10 anos tínhamos dinheiro para fazer uma doca acostável no Corvo. Isto é que é a realidade, Sr. Secretário, e não foi por não se ter alertado a tempo e a horas desde o início.

(Risos do Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente)

Está a rir-se, mas o Sr. não tem resposta para isso. O problema é esse.

Quanto aos compradores, já foi explicado aqui pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Em relação à casa de matança que o Sr. também referiu e que está feita, infelizmente que está feita há um ano e até hoje não se sabe quando começa a funcionar. Ainda ninguém sabe. Será também que a casa de matança, Sr. Secretário, teria sido projectada para o futuro, já que o Sr. fala em o gado ir para o matadouro das Flores? Será que essa casa tem condições para se abater o gado no Corvo e depois a carne seguir directamente sem ter que passar pelo matadouro das Flores? Isso não teria sido possível, Sr. Secretário?

Isto é a realidade nunca e crua

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): O Sr. Deputado José Manuel já falou sobre isso.

O Orador: Já falou e eu posso falar também

Sr. Secretário, está na hora de se decidir e explicar melhor, porque na sua resposta não nos deu nenhuma explicação concreta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão.

Deputado José Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais gostaria de informar a Câmara que o Partido Socialista vai abster-se na votação desta Proposta de Resolução e vai abster-se porque, tal qual o Sr. Secretário informou a Câmara, o Governo Regional tem vindo a diligenciar esforços para ultrapassar o problema do transporte de mercadorias no Corvo. Para isso já foi celebrado, como disse o Sr. Secretário, um protocolo com a Transinsular e com o Sr. José Augusto, que opera naquela rota, protocolo esse que ultrapassa os 100 mil contos e cuja escritura da sociedade será celebrada brevemente.

Por estas razões, o Governo está a diligenciar para ultrapassar os problemas relacionados com o transportes de mercadorias no Corvo e por isso não há razão para pensarmos que este mesmo Governo não terá em devida conta o problema do transporte do gado nesta ilha.

Abstemo-nos também porque nos preocupa, tal como ao PP, o transporte e a situação, neste caso, dos lavradores do Corvo que devem ter situações semelhantes ou próximas dos demais agricultores dos Açores e, digo próximas porque nunca poderão ser iguais, porque um agricultor que produz em Santa Maria ou na Graciosa nem sempre poderá pensar que o transporte dos seus animais chega Lisboa com a mesma rapidez que chega o transporte dos animais de S. Miguel. Se pensarmos ao contrário, estamos aqui numa situação irrealista.

No que se refere à sequência que a exportação de gado faz daquela ilha, parece-me que o Sr. Deputado do Partido Social Democrata deu a resposta. Isto depende das próprias estruturas associativas da ilha. São elas que decidem, juntamente com os seus associados e com os agricultores, quando é a altura que devem retirar os animais, inclusivamente a própria gestão das explorações está orientada num determinado sentido em que nenhuma exploração em nenhuma ilha pode ter o mesmo número de animais durante todo o ano.

Por último fiquei muito satisfeito com os reparos que o Sr. Deputado Paulo Valadão fez no que se refere ao matadouro das Flores, é sinal de que o Governo está a trabalhar e que tem feito algumas obras de significado muito elevado.

No que se refere à questão da exportação de carcaças eu queria só salientar que a questão nem sempre é tão simples como se coloca aqui. O que compete ao Governo é criar as condições para que o empresário agrícola, para que o produtor opte entre a exportação do gado vivo e o abate do animal na Região para exportação em carcaça, porque neste momento e no futuro é preciso que o agricultor quantifique e tenha condições para fazer o acabamento e engorda dos animais aqui na Região. Esta é uma questão que terá que se deixar à consideração dos empresários.

Ao Governo compete criar as condições, nomeadamente a questão da certificação, a questão do matadouro que está concluído e depois será o empresário a decidir qual a melhor solução para a sua exploração, se deve continuar a exportar, se é mais rentável exportar os vitelos que são separados numa determinada altura do ano ou se os deve manter na região para a engorda final

Por último e por aquilo que acabei de expôr, só nos leva a concluir, e apesar da nossa abstenção, que esta proposta é mais uma indicação do vedetismo que o Partido Popular procura sempre que apresenta propostas desta natureza.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero aqui congratular-me com o tom sério com que estamos a abordar esta questão.

Penso que foram aqui levantadas questões no que respeita ao futuro. São questões, como foi já referido nesta Casa, que importa debater, que têm a ver, de facto, com a utilização plena de estruturas que neste momento estão de pé, tais como o matadouro nas Flores, a casa de matança no Corvo que têm a ver com eventuais modificações nos hábitos e nos métodos de engorda e no tipo de exportação que faz, mas que são modificações que podem ser discutidas, que devem ser incentivadas, que para os quais devem ser criadas condições, mas que

são decisões evidentemente do foro da iniciativa privada, nuns casos individual e noutros casos das próprias associações ou das organizações. Portanto, desse ponto de vista o Governo continuará sempre a colaborar com essas instituições e com a iniciativa privada no sentido de aplainar algumas das dificuldades, não se substituindo à iniciativa privada, mas ajudando a ultrapassar algumas dificuldades existentes.

Outra forma diferente de abordar este problema - eu penso que podemos aqui ter diferenças de opinião, mas algumas coisas são irrealistas - seria pensar que, porventura, no Corvo se podia construir um matadouro industrial. Poder, podia e até no Pólo Norte se podia construir, agora é sensato construir-se, face aos recursos que a Região tem? É sensato face à dimensão duma economia duma ilha? É realista do ponto de vista económico? Não é. Esta é a nossa interpretação.

Da mesma forma como aqui já foi dito que, se calhar, exportar-se por três vezes implica mais custos em termos de deslocações e, portanto, os privados e as associações decidem não o fazer para poupar. São racionais estas decisões.

É evidente que, se calhar, era possível até, face aos barcos que existem, como já se fez em outras ocasiões, fazer três ou quatro exportações, mas a experiência já ensinou que não se ganhou mais com isso.

Portanto, os corvinos decidiram, e eu penso que o resultado das exportações estão aí para o provar, que mais valia fazer em duas exportações do que em três por ano, ajustar com o ciclo de produção, ajustar com a dimensão e com o funcionamento do mercado. Deste ponto de vista, penso que a discussão foi esclarecedora.

No que respeita a outros argumentos que aqui foram trazidos pelo Sr. Deputado João Greves, penso que não trouxeram mais nenhuma novidade, não acrescentaram mais nada ao debate e, portanto, não tenho absolutamente mais nada a dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta discussão, a meu ver, tem sido interessante e o primeiro aspecto que eu queria focar é em relação ao Sr. Deputado José Élio Valadão.

A minha postura aqui, Sr. Deputado, é dizer bem daquilo que está bem feito e dizer mal daquilo que está mal feito e em minha opinião, efectivamente, o matadouro das Flores foi bem feito e ainda bem que foi bem feito e em relação a essa matéria estamos conversados.

Em relação ao problema da exportação de gado, Sr. Deputado, o Sr. fala na necessidade de engorda final, na necessidade de acabamento, etc.. É uma matéria que penso que temos que ter algum cuidado nas condições de produção das nossas ilhas, concretamente das ilhas das Flores e do Corvo.

É evidente que sou técnico, tenho responsabilidades como tal, da mesma maneira que o Sr. o é e tem as respectivas responsabilidades, embora sejamos aqui deputados e estejamos aqui como deputados, a realidade é que não podemos esquecer o que está para trás.

Hoje em diversos países está a ser valorizado determinado tipo de carne, que nós até temos, e que não necessita de acabamento. Vejamos por exemplo o caso de Itália em que determinadas empresas italianas que comercializam o chamado vitelão que nós temos, a meu ver, todas as condições de, se tivéssemos quantidade, poderemos entrar nesse negócio. O nosso grande mal não é não termos as condições e a qualidade, porque até as temos nas nossas condições de produção, o que nos falta é a quantidade. É um handicap que nunca podemos ultrapassar e esse é o nosso grande entrave.

Em relação à questão das explorações, é evidente que o empresário decide, mas hoje há condicionalismos ao empresário que não existiam ontem e o Sr. Deputado sabe perfeitamente que, por exemplo, os apoios que são dados à produção de carne e à manutenção do novilho e do vitelão na exploração podem levar a que a exploração não seja decidida só pelo exportador, mas que seja decidida em função dos condicionalismos dos apoios. É a nossa realidade e ainda bem que é assim, porque são importantes apoios que o agricultor recebe,

mas que os recebe mediante determinados contratos e esses contratos obrigam-no a fazer não como fazia há 20 anos, em que no dia que decidia que podia exportar o seu animal exportava-o e não tinha mais consequência, hoje já não é assim, o empresário tem que verificar se pode fazer em determinada data, de acordo com os contratos, em função dos apoios comunitários que existem. Esta é uma realidade que também nós não podemos esquecer.

Quando o Sr. Deputado do PSD diz: temos 30 animais e não podemos exportar, esta é uma imposição por condicionalismos do mercado, mas a exploração pode exigir e no caso do Corvo com um número reduzido de explorações pode exigir que esses tais 30 novilhos a mais tenham que sair no mês de Dezembro, porque é nesse mês que, no aspecto legal, é possível fazer essa exportação.

Portanto, isto são aspectos que não estão nas mãos do empresário, em termos empresariais propriamente ditos, de apenas olhando o empresário e o animal, mas também têm que entrar com outros condicionalismos que são os contratos e os apoios existentes neste momento na nossa agricultura.

Um outro aspecto que eu gostaria de referir é que quando se trata do problema dos empresários agrícolas há muita preocupação de dizer que é a iniciativa privada e é, de facto, a iniciativa privada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não se diz, por exemplo, que para haver turismo, e nós vamos analisar isto nesta ou na próxima sessão, o Governo Regional apenas tem que oferecer aos turistas transporte abundante, porque todos sabemos e muito bem que a nossa iniciativa privada tem os seus programas de que se pode socorrer para fazer as suas infraestruturas, para pôr o mercado a funcionar.

Portanto, no capítulo da agricultura a situação, em meu entender, tem de ser exactamente igual, em que o empresário que trabalha na transformação dos produtos agrícolas também tem que ter à sua disposição as possibilidades e os apoios para pôr as suas explorações a funcionar.

Foi isto que eu quis dizer na minha primeira intervenção, porque para que o mercado funcione e para que o nosso pequeno mercado funcione é preciso haver

incentivos e os empresários têm que conhecer exactamente com que incentivos podem contar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

Quem ouviu e viu ontem o Sr. Secretário na RTP-Açores e quem o ouviu e o vê hoje aqui na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, depois do que já foi aqui referido neste debate, Sr. Secretário, deve ficar com a consciência que o vosso papel aqui, a vossa participação, para além de alguma pequena perturbação que há-de ter causado, não trouxe nada de válido a esta matéria.

Todos percebemos, todos os intervenientes, todas as bancadas parlamentares perceberam claramente o que estava aqui em jogo e todas elas se pronunciaram sobre o fundo da questão que aqui foi trazida ao Parlamento dos Açores.

V. Exa. não percebeu. V. Exa. certamente como não teve tempo de apreciar devidamente a proposta do Partido Popular, nem tempo teve para ouvir os fundamentos da bancada que o apoia o seu Governo, porque se tivesse ouvido os argumentos aqui apresentados pelo Sr. Deputado Élio Valadão, em nome da bancada do PS, certamente que não teria dito muito do que disse hoje aqui e de certeza absoluta que não tinha dito os disparates que disse ontem na RTP-Açores.

Segunda questão:

V. Exa., Sr. Secretário, é, de facto, insensível. Tem demonstrado ao longo do tempo que é insensível às pequenas questões na Região Autónoma dos Açores que são as grandes questões das pequenas comunidades da nossa Região.

Não é feliz quando refere o Pólo Norte e outras comparações que faz, porque para os corvinos, como para os florentinos e para as pequenas comunidades da nossa Região, os seus problemas são os mais importantes.

V. Exa. fez aqui uma derivação, fugindo à questão colocada e introduzindo aqui o problema mais de fundo, mais estrutural que ao longo deste mandato, para o

qual V. Exa. pouco acrescentou, que é a questão da exportação de gado, da valorização da carne na Região Autónoma dos Açores.

Sr. Secretário, se os grandes centros produtores dos Açores são S. Miguel, Terceira e eventualmente o Pico, em termos de carne, não foram ainda capazes de encontrar solução, também muito por culpa do Governo, para exportação da carne desmanchada e para exportação em carcaça. Hoje sabemos, por exemplo, em S. Miguel está a exportar-se menos do que já se exportou no passado. A Terceira é outro exemplo do que tem acontecido nesse sector e V. Exa. chama isso aqui à colação quando efectivamente não é isso que está em causa. Não é por via do problema do Corvo ou das Flores que essa questão se coloca à valorização da carne nos Açores.

De resto, é bom ter presente que a nossa Região está importando do Urugai quantidades apreciáveis de carne para consumo na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, esta matéria é, de facto, complexa e essa desfocagem que V. Exa. fez, sob o nosso ponto de vista, não se enquadra nesta discussão.

O que é aqui importante saber é, e é isso que os corvinos querem, é isso que tem sido aqui abordado, dar idênticas condições aos exportadores de gado do Corvo, às que são dadas ao resto da Região Autónoma dos Açores.

É confrangedor ouvir por parte dos nossos companheiros deputados da ilha do Corvo e por parte também do nosso conhecimento directo que hoje a exportação de gado no Corvo é feita em piores condições do que era feita há 50 anos e isso é que nós não podemos admitir. Não podemos admitir que o gado que sai do Corvo vá nas lanchas do mestre José Augusto em condições inconcebíveis, em condições que - como muito bem disse o meu colega deputado e penso que o Sr. Deputado Paulo Valadão também - qualquer fiscalização sobre a forma como aqueles animais são transportados seriam impeditivos do processo que temos e isso, Sr. Secretário, não é problema da iniciativa privada, porque há um serviço público de transporte e, portanto, quem é responsável pelo transporte daqueles animais tem nome, é uma empresa, é a Transinsular que assegura aquele serviço

e o trajecto que é feito entre o Corvo e as Flores é feito sob a obrigação que a Transinsular tem do serviço público que presta.

Portanto, podemos e devemos situar concretamente a questão. Se queremos alterar a forma terceiro-mundista ou pior ainda como o gado do Corvo é transportado entre aquela ilha e as Flores, temos que dialogar, temos que fazer ver, temos que "impôr" à transportadora requisitos para que o gado saia do Corvo tal como sai das diferentes ilhas dos Açores.

Nesse aspecto das condições, da comodidade do gado, não é nada transcendente. É pena que o Sr. Secretário não tenha percebido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela parte do Partido Popular esta matéria está suficientemente discutida. As posições que cada grupo parlamentar trouxe aqui à discussão não só valorizaram a mesma como, de facto, permite antever que esta iniciativa terá a aprovação desta Assembleia e espero que o Governo seja sensível, como é seu dever e sua obrigação, ao resultado que sair aqui da vontade dos representantes do povo dos Açores.

Apelava particularmente a este ou ao futuro membro deste Governo, responsável por estes sectores, que interprete correctamente o que aqui foi dito pelas quatro bancadas e o sentido do voto final que esta Assembleia dará sobre esta matéria e o Governo tem estrita obrigação de zelar pelas preocupações que nós aqui trouxemos e que estão integradas no conteúdo desta Proposta de Resolução.

Sr. Presidente, queria só reafirmar que o Partido Popular assume, e já o tinha dito a V. Exa. aqui perante o Plenário, a recomendação feita pela Comissão Parlamentar de Economia sobre o conteúdo da Proposta de Resolução que está em apreciação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão.

Deputado José Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais gostaria que não ficasse a ideia na Câmara da minha dissonância de posição em relação ao Sr. Deputado Paulo Valadão. A única divergência que

poderá existir é de quem é a responsabilidade da decisão, se é do empresário agrícola ou se é doutra instância qualquer.

De qualquer maneira, em relação ao resto, nós estamos de acordo que, face ao sistema de maneio, e não queria aqui entrar em muitos pormenores mais ou menos técnicos que teriam pouco interesse, será sempre o agricultor que terá que decidir em função das regras comunitárias, dos encabeçamentos a que ele está sujeito pelos subsídios que recebe, etc., etc., mas mesmo que exista, neste caso nas Flores, matadouro para proceder ao abate, eu ainda tenho algumas reservas, embora a esta distância, que poderá ser financeiramente mais vantajoso para o agricultor vender num parque no Continente ou ao exportador esses mesmos vitelos para engorda fora da Região. Isto não é desejável, mas numa fase em que estamos agora a caminhar para o processo de certificação da carne açoriana, cujo impacto no mercado ainda será estudado, a procurar prevê-se que venha a crescer, mas não se faça de imediato, é de prever que não seja um processo imediato no sentido de que, sim senhor, temos o matadouro, temos a certificação e os agricultores a partir de agora não exportam mais gado vivo. Não será assim, até porque isto são animais que muitas vezes exigem um certo cuidado quando são retirados das amas e das mães e por isso mesmo nem sempre o agricultor estará disponível e em condições para os manter.

Em relação ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu parece-me que da intervenção do Sr. Secretário não ficou de forma alguma claro, e penso que ninguém terá percebido assim, de que o Governo não estava preocupado com o problema da exportação de gado vivo do Corvo. O Governo está preocupado com o problema das mercadorias da e para a ilha do Corvo e isto demonstra os trabalhos que já foram desenvolvidos, tal qual como referiu o Sr. Secretário Regional e do mesmo modo como foi referido também pela bancada do Partido Socialista.

A única questão que se coloca aqui e que dispensa perfeitamente a recomendação do Partido Popular é até que ponto é que se poderá ou não exportar o gado vivo em contentores directamente do Corvo. O Governo está sensível a esta questão, agora o único problema prende-se com as condições técnicas de operacionalidade dos navios naquela ilha.

Portanto, não pode pensar o PP que está a zelar mais pelos corvinos do que o Partido Socialista ou que o Governo Regional e a prova disso é que antes do PP apresentar a sua proposta já o Governo estava a tratar do transporte de mercadorias para a ilha do Corvo. Não pode ficar, de forma alguma, a ideia aqui no ar que é o PP que zela pelos interesses dos corvinos. Não, porque o Governo, muito antes do PP apresentar a sua proposta, já trabalhou sobre esta matéria. Se eventualmente não se conseguir resolver o problema, e eu não posso adiantar se pode ou não, será pura e simplesmente por questões técnicas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu só volto ao debate por uma única razão.

Penso que este debate estava a decorrer duma forma séria, abordando o assunto em si que merece ser discutido. Penso que todos os deputados que aqui intervirem realçaram isso mesmo, só que a última intervenção do Deputado Alvarino Pinheiro foi uma intervenção de quem não tem argumentos de substância no que respeita à proposta e resolve desferir um ataque ao Secretário. Sr. Deputado, é com pesar que eu vejo o Sr. fazer esta intervenção.

O Sr. é um deputado brilhante, é um deputado que nesta Casa tem vindo a fazer intervenções brilhantes e tinha com certeza bons argumentos para defender a proposta do PP. Penso que podia ter dado um bom contributo, mas não o fez.

Também penso que a proposta tem um único mérito e o mérito foi, como já foi dito nesta Casa, proporcionar um período de discussão, porque no que diz respeito à eficácia, penso que o que foi aqui dito revela que não traz nada de novo, ou seja, que o Governo já está a fazer o que podia ser feito, que o Governo já está sensibilizado para o que está a ser feito, que o Governo não se limita a olhar para o presente, mas que também, em termos de estruturas, está trabalhando para criar melhores condições no futuro.

Até do ponto de vista de substância os seus argumentos e os ataques ao Secretário eram desnecessários e são profundamente lamentáveis pela forma como os fez. Penso que não dignifica o seu papel e, de facto, o Sr. merece mais pelo passado e pelo presente que tem, do que fazer ataques desse tipo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só um aspecto que eu penso que é importante.

O Sr. Deputado José Élio falou na certificação da carne e quero aqui declarar que entendo que as possibilidades de certificação e origem da carne deve ser feita nesta Região em todas as ilhas onde haja condições técnicas para que ela seja feita. Se na ilha das Flores existe um matadouro, também deve ser dado a esse matadouro as condições para que essa certificação seja feita. Este é o primeiro aspecto.

Segundo aspecto:

Acredito que vai haver procura no dia que seja possível fazer a certificação, porque já houve empresários que passaram pela ilha para ver as condições do matadouro, para ver as condições da ilha, para ver as possibilidades de fazer o seu comércio na ilha e, inclusivamente, sei que um deles já se dirigiu por escrito a serviços dependentes da Secretaria Regional a Agricultura, Pescas e Ambiente. Quero ainda lembrar um outro aspecto: é que temos que ter muita atenção com a legislação comunitária, como aliás já referi, que pode vir a ser implementada, sobre bem estar animal. É um assunto que também tem que nos preocupar e temos que estar preparados para nos adaptarmos àquilo que no futuro pode vir a ser legislado.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a Proposta de Resolução com o texto da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada com 24 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e 24 abstenções do PS.

Presidente: Estamos mesmo em cima da hora regimental. Eu pergunto aos Srs. líderes parlamentares se passamos ao ponto seguinte, com a apresentação da proposta ou se ficamos por aqui e continuamos amanhã?

(Pausa)

Portanto, interrompemos aqui os nossos trabalhos e recomeçaremos os nossos trabalhos amanhã às 10 horas.

Boa noite e muito obrigado.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 55 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel da **Silva Melo**

Augusto António Rua **Elavai**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Couto de **Sousa**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

José **Élio Valadão** Ventura

José do Nascimento Ávila

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Romão **Madruga da Costa**

António Manuel Silva **Almeida**

António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**

Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**

Duarte Nuno de Ávila Martins de **Freitas**

Eugénio Manuel Pereira **Leal**

Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**

Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**

Partido Popular (PP)

Nuno Barata **Almeida e Sousa**

DOCUMENTOS ENTRADOS NA SESSÃO

Proposta de resolução

Resolve encarregar a Comissão especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa Regional dos Açores da apresentação de um relatório sobre as condições técnicas de segurança do espaço aéreo açoriano e dos aeroportos e aeródromos do arquipélago e bem assim sobre as respectivas condições de operacionalidade

O trágico acidente aéreo da SATA - Air Açores, ocorrido no passado mês de Dezembro de 1999, levantou na população suspeitas sobre os meios de segurança de voo no espaço aéreo dos Açores e sobre a segurança dos próprios aeroportos e aeródromos.

O acidente ocasionou também, por parte de técnicos e organizações ligadas à navegação aérea, algumas reacções que, se não puseram em causa a segurança dos aeroportos regionais, pelo menos confirmaram a falta de boas condições de operacionalidade na generalidade dos aeroportos e aeródromos dos Açores.

Percebeu-se então que essas críticas não terão sido mais violentas, dada a conjuntura emocional que compreensivelmente se vivia na Região Autónoma dos Açores.

Perante o ambiente de suspeição que se criou, importa que esta Assembleia, que representa o povo dos Açores, não permaneça à margem de tema tão crucial e que, sem dramatismos, nem alarmismos escusados e imprudentes, de forma fria e racional, tenha acesso a todos os elementos sobre as condições técnicas de operacionalidade do espaço aéreo açoriano e de todos os aeroportos e aeródromos regionais e que se apurem as respectivas condições de segurança.

Não pode estar em causa, ou sequer sobre suspeita, a salvaguarda de vidas humanas e a segurança dos meios aéreos, numa Região onde a deslocação por avião não pode ser dispensada.

Acresce que as condições de operacionalidade e de segurança do transporte aéreo assumem também uma importância fundamental para prosseguir, com êxito, uma política de turismo, quer externo, quer mesmo interno, que, de há longa data, constitui um dos objectivos para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Aliás, a primeira medida de política do Programa de Governo, no sector dos transportes e comunicações, aponta para a modernização das infraestruturas aeroportuárias, com vista a melhorar a respectiva operacionalidade.

O Plano para o ano 2000, no capítulo de transportes aéreos, inclui nas principais linhas de força da política a adoptar no sector, a melhoria das infraestruturas aeroportuárias, definindo-se como objectivo final a melhoria de acessibilidade entre todas as ilhas do arquipélago, cuja concretização se consubstancia em apoiar e promover a introdução de melhorias nos aeroportos e aeródromos da Região.

Assim, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Popular, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 23.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, propõem que a Assembleia Legislativa aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia, competente em matéria de transportes, de ouvir para tanto as entidades públicas ou privadas com competência na área dos transportes aéreos e de apresentar um relatório, contendo todos os elementos necessários à apreciação das condições técnicas de segurança do espaço aéreo dos Açores e dos aeroportos e aeródromos do arquipélago e bem assim sobre as respectivas condições de operacionalidade, habilitando deste modo o Plenário do Parlamento Açoriano, se for caso disso, para tomar as medidas que forem julgadas necessárias e úteis.

Horta, 18 de Janeiro de 2000

Os Deputados Regionais, *Alvarino M. M. Pinheiro, Nuno Barata de Almeida e Sousa e João Greves.*

Proposta de Resolução

Recomenda ao Governo Regional que promova as diligências necessárias para a desratização, nas Ilhas dos Açores, com a maior celeridade possível.

É ao Governo Regional que incumbe tomar medidas estruturais que propiciem o bem-estar das populações e o desenvolvimento económico-social dos Açores.

Em circunstância alguma o Governo pode alhear-se do compromisso fundamental que contraiu perante a Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Neste momento vive-se nos Açores, particular e concretamente na Ilha Terceira, uma situação anómala e grave que se prende com uma praga de ratos, causadora de enormes prejuízos.

Considerando os enormes prejuízos que esta praga está causando nas diversas culturas agrícolas e silvícolas.

Acresce que estes roedores são transmissores de doenças que afectam a saúde pública.

Na ausência de uma política concertada por parte do Governo Regional, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo preparou, descoordenadamente, uma campanha de desratização para o seu concelho, enquanto que a Câmara da Praia da Vitória se propõe desenvolver apenas medidas avulsas no âmbito de acções de rotina.

Tendo em conta que a não existência de uma entidade que coordene, com eficácia, uma campanha de desratização a nível de ilha não só acarreta o insucesso da medida, como suscita situações ridículas já que os visados desconhecem a divisão administrativa da ilha.

Assim os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Popular propõem, nos termos da alínea d) do nº 1 do artº 23º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que a Assembleia Legislativa aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomenda que o Governo Regional, através dos serviços competentes, assumam a prioridade de desencadear um programa de desratização na Região em colaboração com as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia e demais entidades interessadas.

Horta, 19 de Janeiro de 2000

Os Deputados Regionais, *Alvarino M. M. Pinheiro, Nuno Barata Almeida e Sousa e João Greves.*

Proposta de Decreto Legislativo Regional

Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 8196/A, de 14 de Junho, que institui o SITRAA- Sistema de Incentivos ao Turismo na Região Autónoma dos Açores

Constitui exigência comunitária que, no domínio dos auxílios de Estado e a partir da entrada em vigor do novo quadro comunitário de apoio, em 1 de Janeiro de 2000, os capitais próprios a afectar a investimentos passem a representar, no mínimo, 25% do valor global desses investimentos.

Por outro lado, verifica-se que as empresas de transporte aéreo e marítimo de passageiros têm revelado iniciativa e capacidade para conceberem, desenvolverem e executarem programas de promoção e animação turística, cujo valor e produtividade turísticos são reconhecidos.

Assim, nos termos da alínea t) do artigo 60º. do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa Regional a seguinte Proposta de Decreto Legislativo Regional:

ARTIGO 1º.

Os artigos 3º. e 4º. do Decreto Legislativo Regional nº. 8/96/A, de 14 de Junho, passam a ter a seguinte redacção:

"Artigo 3º.

(...)

1. Podem beneficiar dos incentivos previstos neste diploma as pessoas singulares e as pessoas colectivas cujo objecto principal seja a indústria hoteleira, a restauração e bebidas, a animação turística, a prestação doutros serviços de natureza turística designadamente o transporte aéreo marítimo de passageiros, e que satisfaçam os requisitos seguintes:

a)

b)

c)

2. O acesso aos incentivos a que se refere o número anterior, pelas empresas de transporte aéreo ou marítimo de passageiros, fica limitado às que exploram rotas com início, termo ou escala na Região.

3. O disposto na alínea c) do n.º 1 é extensível aos sócios das pessoas colectivas promotoras, se as respectivas participações sociais forem superiores a 10%.

4. (*Actual n.º 3*)

5. (*Actual n.º 4*)

Artigo 4.º

(...)

O nível de financiamento mínimo dos investimentos, com capitais próprios, é de 25% do valor daqueles.

2.

ARTIGO 2.º

O presente diploma entra em vigor a partir do dia 1 de Janeiro de 2000.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Ponta Delgada, 6 de Janeiro de 2000.

O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

Proposta de Resolução

Recomenda ao Governo Regional que promova diligências no sentido da RTP- Açores voltar a ter correspondentes nas ilhas onde não existam

delegações, tome medidas que assegurem o melhor funcionamento da RTP - Açores e iniciativas quanto ao acesso, em circunstâncias idênticas às do restante território nacional, às emissões de todos os canais generalistas de televisão.

A Constituição da República Portuguesa garante, como direito fundamental, o de todos os cidadãos serem informados, sem impedimentos nem discriminações.

O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores consagra, no seu artigo 2.º, que a autonomia visa a participação dos cidadãos, o desenvolvimento económico e social integrado do arquipélago e a promoção e defesa dos valores e interesses do seu povo.

A televisão regional, como meio cultural e informativo, é essencial para o conhecimento da Região pelos açorianos, pode constituir um importante meio de motivação da participação destes na vida colectiva e incentivá-los para as tarefas do desenvolvimento dos Açores.

De acordo com o que está definido na lei, constituem fins dos canais generalistas, entre outros, o de contribuir para o pluralismo político social e cultural e também o de preservar e divulgar os valores característicos das culturas regionais ou locais.

Também por lei foi atribuída a concessão do serviço público de televisão à Radiotelevisão Portuguesa S. A., impondo-se à concessionária que emita uma programação inovadora e variada, que estimule a formação e valorização cultural e que difunda uma programação que exprima a diversidade cultural e regional.

Está ainda previsto na lei, no âmbito da concessão do serviço público de televisão, que a respectiva realização se faça através da regionalização da informação e da actividade das delegações regionais.

Finalmente a lei refere que o serviço público de televisão assegurado pelo Estado compreende, nas Regiões Autónomas, centros regionais, com direcção própria e capacidade de produção regional, mormente na área informativa.

O Parlamento açoriano já definiu, através da sua Resolução 2/92/A, de 6 de Fevereiro, que o canal regional emitisse, de forma predominante, programas de interesse e âmbito regionais, essencialmente produzidas por este e pela Resolução 2/94/A, de 22 de Abril, a Assembleia Legislativa Regional pronunciou-se no sentido de que a existência de um serviço público regional de televisão é uma necessidade que decorre directamente das especificidades regionais e da existência da própria Região Autónoma.

Ambas as Resoluções antes citadas apontavam no sentido da criação de condições que permitissem o acesso da generalidade dos açorianos, em pé de igualdade com o restante território nacional, às emissões de todos os canais de televisão de cobertura de âmbito geral, incluindo mesmo os operadores privados, pretensão que ainda hoje, injustamente, não foi satisfeita.

A RTP- Açores dispôs, num passado relativamente recente, de correspondentes nas ilhas dos Açores onde não possuía delegação, dotados de câmaras, sendo assim possível a recolha de imagens sobre os principais acontecimentos, com interesse noticioso, ocorridos em toda a Região.

Apesar das limitações técnicas, esses correspondentes foram importantes para que os serviços informativos da RTP - Açores melhor reflectissem, no dia a dia, a realidade regional no seu todo.

A RTP - Açores sofre hoje a concorrência dos outros canais nacionais e mesmo internacionais e vem perdendo muita da sua audiência, o que é negativo para a promoção e defesa dos valores e interesses do Povo Açoriano, para a concretização da indispensável unidade açoriana e para a realização da desejável solidariedade entre todos os que vivem no arquipélago.

A RTP - Açores, nos moldes em que vem funcionado, não satisfaz os objectivos legais em vigor e não contribui, quanto poderia, para o desenvolvimento económico e social integrado dos Açores.

A RTP - Açores corre assim o risco de perder o papel que poderia ter na afirmação e concretização da autonomia, o que é negativo para a Região e até para a manutenção dos postos de trabalho que criou.

Agora que foi anunciado que o Governo da República, em colaboração com o Executivo açoriano, admite promover a racionalização do funcionamento da RTP- Açores, importa desde já manifestar a vontade da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, como órgão representativo de todo o Povo Açoriano.

Assim, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Popular, propõem, nos termos da alínea d) do n.º 1 do ao art.º 23.º do Estatuto Político - Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que a Assembleia Legislativa aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolve recomendar ao Governo Regional:

Que promova, por todos os meios ao seu alcance, que a RTP - Açores volte a manter correspondentes em todas as ilhas dos Açores onde não existam delegações, dotados de meios que lhes permitam uma adequada cobertura de todos os eventos regionais;

Que garanta, nas suas relações com os órgãos da República, que à RTP - Açores seja assegurado um estatuto compatível com os interesses da Região Autónoma dos Açores, designadamente através da manutenção de capacidade administrativa e orçamental, e mantenha sempre informada a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, sobre todas as diligências realizadas;

Que promova as diligências ao seu alcance para que toda a Região possa ter acesso, no mais breve espaço de tempo, em circunstâncias idênticas às do restante território nacional, as emissões de todos os canais generalistas de televisão.

Horta, 18 de Janeiro de 2000

O Deputados Regionais, *Alvarino Pinheiro, Nuno Almeida e Sousa e João Greves.*

O Redactor de 1ª Classe, *José Rodrigues da Costa*